

REINALDO TADEU BOSCULO PACHECO

LAZER E CIDADANIA

Estudo Comparativo das Políticas Públicas Municipais de Lazer
em Santo André e São Bernardo do Campo - SP, no período 1989-92.

Campinas - SP
Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física
1992



UNICAMP

2.

do nível necessário para o porte do trabalho e o resultado final apresentado, recomendam o conceito "B".

Campinas, 31 de julho de 1992.

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
-Orientador



UNICAMP

Faculdade de Educação Física
Curso de Especialização em Recreação e Lazer
Monografia: REINALDO TADEU BOSQUILLO PACHECO

"Lazer e cidadania- estudo comparativo
das políticas públicas municipais de
lazer em Santo André e São Bernardo do
Campo-SP, no período de 1989/92.

Parecer:

O trabalho apresentado é relevante, tanto em termos de contribuição para a área de conhecimento, quanto para possíveis implementações de políticas, em organismos públicos e/ou privados.

Quanto ao conjunto e ao desenvolvimento das partes que compõem a monografia observa-se um esforço em contemplar além da pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa exploratória, o que demandaria um trabalho incompatível com as condições de um Curso de Especialização. O Resultado é que nenhum desses itens foi contemplado com o devido rigor.

Nesse sentido sugiro, de acordo com a proposta do próprio autor, no item "Considerações finais ...", a continuidade do trabalho de pesquisa, com o necessário aprofundamento.

O processo de orientação, com participação equívoca



Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Recreação e Lazer, no Curso de Especialização em Recreação e Lazer, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino.

Para Dirce e Tainá, que
compartilharam comigo o tempo.

Para Geraldo, Herminia e Ale, que
compartilharam comigo o espaço.

Para Marcellino, Benito, Elza e
todos os colegas da Unicamp, que
compartilharam comigo esta
atividade.

As cabeças levantadas
Máquinas paradas
Dia de pescar
Pois quem toca o trem prá frente
Também de repente
Pode o trem parar

Sambe Sambe São Bernardo
Santa São Caetano
Santa Santo André
Dia a Dia Diadema
Quando for me chame
Prá tomar um mé.

Linha de Montagem
Chico Buarque

"Artigo 1 Fica decretado que agora vale a verdade
Que agora vale a vida
E que de mãos dadas
Trabalharemos todos pela vida verdadeira

Artigo 2 Fica decretado que todos os dias da semana,
Inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
Têm direito a converter-se em manhãs de domingo."

"Estatutos do Homem"
Thiago de Mello

RESUMO

O objetivo dessa monografia é examinar e refletir sobre as relações existentes entre o lazer e o exercício da cidadania, na sociedade urbano-industrial contemporânea, a partir da estratégia metodológica de combinação entre pesquisa bibliográfica e exploratória, com o estudo comparativo entre as políticas públicas municipais na área do lazer, efetivadas pelas cidades de São Bernardo do Campo e Santo André - SP, no período 1989 - 1992.

O foco central do estudo é o entendimento e a ação que o poder público municipal tem levado a efeito com relação ao lazer. Trata-se de investigar até que ponto o lazer é entendido como direito social, como um dos elementos que integra a noção de cidadania plena e de que forma esse (não) entendimento se reflete na formulação de políticas para o setor.

O estudo pretende verificar: 1) Como se dá a relação entre o discurso e a prática dos executivos municipais em relação ao lazer e até que ponto a ausência de políticas e diretrizes conceituais claras tem dificultado uma ação mais efetiva e democrática nesse setor. 2) De que forma os executivos municipais tem atendido as demandas sociais neste setor e se há pressão de movimentos sociais organizados no atendimento dessas demandas. 3) Se os usuários dos serviços estabelecem com a sua cidade uma relação de identidade quando sentem atendidas as suas necessidades nesse setor. 4) Se os usuários potenciais, privados do atendimento comercial/privado na área do lazer, pressionam o poder público para o atendimento ou adotam posições passivas frente a esse direito social. 5) Se os usuários atendidos passam a participar mais ativamente da vida política e social da cidade. 6) Se a falta de profissionais especializados tem dificultado as ações públicas nesse setor.

A investigação usa a pesquisa bibliográfica e exploratória, através da inserção do pesquisador na realidade pesquisada: enquanto cidadão sambernardense e desempenhando, a partir de agosto de 1991, atividades profissionais junto à prefeitura local; como profissional que atuou ministrando cursos a profissionais contratados para a atuação na área do lazer na cidade de Santo André.

O estudo comparativo justifica-se na medida em que as duas cidades tem características sócio-culturais-econômicas bastante próximas e no período escolhido para investigação (1989-1992) tem no poder o mesmo partido - o Partido dos

Trabalhadores - e adotaram políticas diferenciadas com relação a recursos humanos para a área. Busco investigar se houve diferenças significativas quanto à ação.

A pesquisa bibliográfica, dentro do referencial teórico que toma por base o materialismo histórico-dialético numa perspectiva gramsciana, indica que o lazer deve ser entendido como um direito social, como um dos elementos que integra a noção de cidadania plena - acesso aos direitos civis, políticos e sociais; que o lazer é importante forma de participação popular; que não há dicotomia entre lazer e cultura. O lazer, como todas as práticas sociais, está inserido no universo da cultura. No entanto, há uma noção teórica sobre política cultural baseada sobretudo em Chauí (1990), de grande penetração nos meios petistas, identificando o lazer com divertimento/entretenimento e como produto da "transmutação da cultura sob os imperativos da comunicação de massa", deixando de observá-lo "como campo de atividades, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo da manifestação do brinquedo, do jogo, da festa, para além do próprio lazer (...) como manifestação da utopia e, dialeticamente, como denúncia da realidade insuportável" (Marcellino, 1992); que o lazer é uma importante forma de criação de uma identidade de cidadão (e de cidadania, portanto) através da criação de "redes de sociabilidade" com os "outros" e com os "pedaços" da cidade (Magnani, 1984); que apesar de direito constitucional assegurado, na própria Carta a questão conceitual se coloca de forma equivocada, na medida em que nela mesma há uma aproximação entre desporto e lazer. Isso tem refletido na legislação municipal - onde o lazer também aparece associado ao desporto - e gerado estruturas administrativas e políticas públicas municipais que encaram a problemática do lazer através desse viés; que o papel do Estado em relação ao lazer não é o de fazê-lo integrar uma "política de welfare-state (Estado de Bem-Estar Social), atuando como atenuador, inibidor ou negando e escondendo as desigualdades sociais, propondo "formas de entretenimento que entretêm a dominação social e política", seguindo a "lógica do consumo, da futilidade, da banalização e do simulacro" (Chauí, 1990). Cabe ao Estado a compreensão que numa sociedade com tais desigualdades sociais, a apropriação do lazer também se dá de forma desigual. Sem a ação do Estado ou com uma ação pouco eficaz abrem-se perspectivas de manutenção e ampliação dessas desigualdades no acesso aos diversos interesses culturais no lazer; que há uma relação direta entre a efetivação de uma política de lazer (ou política cultural, amplo senso) e as outras políticas setoriais (transporte, habitação, educação, desenvolvimento econômico, abastecimento, saúde e outras) na medida em que os efeitos de uma política setorial certamente se fazem sentir sobre outra.

A análise dos documentos internos revela que a questão conceitual é o ponto nevrálgico, nas duas prefeituras: hora o "lazer" é colocado como algo divorciado das chamadas "atividades culturais" (normalmente circunscritas às artes e espetáculos),

estabelecendo-se uma dicotomia inexistente; hora confundem-se "lazer" com "atividades físico-esportivas" ou de "movimento corporal" realizadas no tempo disponível, constantemente chamado de "tempo livre"; hora entendem-se o "lazer" como a administração de grandes equipamentos públicos (parques e centros culturais). Há ainda uma confusão generalizada sobre o papel dos diversos profissionais que têm atuado no âmbito do lazer - agentes culturais, agentes de esporte, agentes de lazer, professores de educação física, analistas de cultura e outros. Essa questão tem sido determinante da não integração (inteiração) das ações dos diversos departamentos que, em maior ou menor grau, tem atuado no âmbito do lazer, impossibilitando a formulação de uma política consistente para o setor.

Foram observados dois equipamentos públicos, um em cada cidade, através de uma inserção do pesquisador de forma mais regular nestes equipamentos, principalmente nos horários noturnos e finais de semana. Em Santo André, um Centro Comunitário e em São Bernardo, um Centro de Convivência. Ambos se encaixam na classificação de Camargo (1979) como "equipamentos médios de polivalência dirigida". A observação e as entrevistas realizadas com moradores locais, usuários, integrantes de conselhos de gestão, profissionais que trabalham nos equipamentos e profissionais de direção/coordenação merecem ainda um melhor tratamento com o aprofundamento desse trabalho em outra oportunidade. Uma análise inicial aponta que, em São Bernardo: a construção do equipamento - cujo mérito seria a proposta de atendimento integrado - se deu sem uma discussão acerca de sua "animação", o que resultou nos diversos conflitos quanto à forma de utilização e gestão; não há profissionais que trabalham exclusivamente no equipamento para atender a demanda por lazer; há uma espécie de "mito" com relação a auto-organização da comunidade, como se nela mesma não houvessem grupos que tendem a privatizar o espaço; a utilização tem se dado de forma bastante reducionista com relação aos diversos interesses culturais no lazer, tendo se centrado sobretudo nos interesses físico-esportivos; nos finais de semana, não há uma programação pré-elaborada, em conjunto com a comunidade, que inclua a diversidade dos interesses culturais no lazer, havendo uma apropriação "espontaneísta" do espaço; o discurso institucional da interação das ações entre os diversos departamentos encontra sérios entraves em função da ligação do profissional com os mesmos e não com os equipamentos e com a comunidade que atende. Em Santo André, o equipamento foi adaptado para o atendimento integrado, privilegiando a sua "animação" enquanto espaço de lazer, com os profissionais tendo um papel de democratizadores do seu uso, visto que eram espaços "privatizados". Ainda assim, há dificuldades de entendimento quanto à relação com o conselho de gestão do equipamento. Há profissionais que trabalham exclusivamente no equipamento para o atendimento das demandas por lazer, facilitando e diversificando as atividades realizadas. Ainda assim, não há clareza quanto a atuação dos diversos profissionais que atuam no mesmo equipamento e de sua interação, o que tem resultado numa ação reducionista em relação aos

diversos interesses culturais no lazer - privilegiando também os interesses físico-esportivos - e as chamadas "atividades culturais" ocorrendo numa perspectiva eventual. A interação de profissionais também encontra barreiras, que são, prioritariamente, de ordem conceitual - o entendimento de que, em maior ou menor grau, todos atuam no âmbito do lazer. Nas duas cidades, os usuários atendidos sentem-se "orgulhosos" com relação ao equipamento e suas atividades, o que denota a criação de laços de identidade, muito embora façam reclamações quanto a segurança e estado de conservação, principalmente.

Como considerações finais, há a necessidade do prosseguimento deste estudo em duas frentes: 1) uma análise mais aprofundada acerca da estrutura de funcionamento, notadamente com relação aos recursos humanos, dos equipamentos públicos que tenham a proposta de atendimento integrado e sua relação com as formas de participação popular na sua gestão; 2) Um aprofundamento teórico acerca do papel do Estado não apenas em relação à política de lazer, como também na formulação de políticas de atendimento integrado em áreas afins (educação, cultura, esportes e lazer).

SUMARIO

Introdução	10
1 - Metodologia: em busca do modo de olhar	21
2 - Lazer: um emaranhado de conceitos e pré-conceitos	28
2.1 - Cultura, lazer e cidadania	36
3 - Sao Bernardo e Santo André: um breve retrato	47
3.1 - Análise documental: olhar de dentro, olhar de trabalhador	50
3.2 - As observações: olhar de fora, olhar de cidadão	64
Considerações finais de algo preliminar	70
Bibliografia	72
Anexos	
Mapas de localização dos municípios	82

Introdução

Cenário 1: Domingo, manhã de sol ideal para o lazer. Num bairro da periferia da cidade de São Bernardo, próximo às grandes indústrias, arma-se um "circo". Não o pequeno circo-teatro¹, manifestação popular de lazer que um dia foi comum nessa região, nem os grandes espetáculos circenses gerados pela indústria cultural, no qual a maior parte dos moradores desse "pedaço" nunca pisou, não pela falta do desejo, mas por impossibilidade econômica. Refiro-me a um outro "circo", não (tão) poético, talvez patético. Político, com certeza: o "circo" que faz esquecer a falta do "pão" e que é oferecido como uma dádiva eleitoreira e não como um direito social.

Chegam os primeiros atores (coadjuvantes, pois os principais chegarão ao final do espetáculo, acenarão para o público do alto do palco-palanque, gritarão palavras de ordem e sairão rapidamente): do alto de um caminhão começam a descer junto com eles os primeiros elementos de cena - bolas diversas, redes de vôlei, plintos, grandes colchões de espuma, aros de basquete, mesas de ping-pong, pernas de pau, bambolês, papéis, tintas e giz de cera, além de folhetos da "programação cultural" do dia. Logo a rua está fechada por grandes cavaletes amarelos que proíbem a entrada de carros. O "palco" onde deverão desfilar as celebridades já estava pronto de véspera: nele, um grande

1. MAGNANI (1984), MONTES (1983) e PASCHOA JUNIOR (1978).

aparelho de som com poderosas caixas acústicas anuncia para todo o "pedaço" - com estridentes e saltitantes músicas pasteurizadas - o espetáculo que se inicia.

O público comparece. Tudo indica que o espetáculo será um "sucesso". Durante o dia todo, o público serve-se dos elementos de cena, com a "ajuda" (ou sob o controle?) dos atores coadjuvantes - tristes palhaços que pouco conseguem fazer rir ou chorar. Laureados com pomposos títulos profissionais - "agentes de esporte", "agentes de lazer", "professores de educação física", "agentes culturais", "animadores culturais", etc. - esses tristes palhaços desfilam ali toda sua submissão, seu conformismo, sua apatia e seu desinteresse e, por outro lado, suas incertezas, dúvidas, angústias e vontade de mudança: afinal, qual o objetivo disso tudo ?

Não muito distante dali, na vizinha cidade de Santo André, no centro do poder político local - o Paço Municipal - desenrola-se um outro espetáculo de características bastante próximas do primeiro. Arma-se um outro "circo": não tão efêmero e fugaz como o primeiro, pois esse circo é montado com periodicidade, embora seus espetáculos tenham basicamente o mesmo enredo do anterior.

Cenário 2: Centro Comunitário, em Santo André, domingo de sol. Estamos próximos do carnaval, uma das maiores festas populares do planeta. Nos espaços do Centro Comunitário, várias atividades acontecem simultaneamente: muitas pessoas jogam

futebol de campo e futebol de salão, brincam na piscina, realizam oficina de máscaras de carnaval, crianças brincam no play-ground e correm de um lado pro outro "atirando" com "bispnagas" de água, comuns nesta época. Um agente de lazer e um estagiário de educação física atuam como facilitadores do uso dos espaços e não conseguem conversar comigo, tal o envolvimento de ambos nas atividades que estão sendo realizadas.

Não muito distante dali, agora na cidade de São Bernardo, um recém inaugurado Centro de Convivência - com espaço para oficinas, shows, debates, exposições, ginásio poliesportivo, play-ground e tanque de areia - é envolto em conflitos quanto às formas de uso dos espaços, com as "tradicionais" equipes de futebol monopolizando o uso do ginásio poliesportivo e com o espaço interno ficando fechado, por falta de propostas quanto à sua utilização. O conselho de gestão do equipamento¹, recém-formado e provisório, é incapaz de responder aos conflitos, solicitando eventualmente a intermediação de chefes e diretores responsáveis pelos Departamentos da Prefeitura. Não há profissionais diretamente envolvidos com a comunidade para atuar como facilitadores e diversificadores do uso do espaço, não tendo sido previstos os recursos humanos que deveriam atuar neste equipamento. A própria concepção e construção do equipamento apresenta limitações quanto ao atendimento nos diversos interesses culturais do lazer.

1. Os mecanismos de participação popular na gestão de equipamentos públicos, dentro dos limites deste trabalho, também serão discutidos.

Esses dois cenários - de uma "rua de lazer" eventual e de uma animação periódica de um espaço público adaptado, por um lado, e a utilização de equipamentos públicos municipais para o lazer¹, de outro, situados em cidades diferentes, mas que compartilham muitas semelhanças quanto ao nível de industrialização e urbanização, os problemas sociais, as formas de organização popular - partidos políticos, sindicatos, associações de bairro, movimentos sociais, etc. - serve como pequena ilustração da forma pela qual o Poder Público tem intervindo na área do lazer. Se por um lado, algumas cidades ainda mantêm os velhos esquemas de ruas de lazer, herança do "Esporte para Todos" divulgado e promovido pelo regime militar pós-64², outras buscam oferecer aos cidadãos projetos diferenciados que atendam aos diversos interesses culturais no lazer, através de uma intervenção profissional conscientemente planejada, demonstrando um entendimento mais amplo da problemática do lazer e de suas possibilidades enquanto campo de atuação profissional, ação educativa e intervenção política.

Além disso, tem sido muito marcante e problemática a influência da Educação Física na questão do lazer, dificultando

1. Camargo (1979), distingue os equipamentos não-específicos (bar, casa, rua, etc.) dos equipamentos específicos (centros culturais e esportivos, centros comunitários, centros de convivência, etc.) para a prática do lazer.

2. A respeito da ideologia veiculada pelo "Esporte para Todos", consultar Kátia Brandão Cavalcanti (1983): "EPT, um discurso ideológico".

uma visão mais ampla quanto aos seus conteúdos culturais - que não se restringem ao movimento corporal ou aos interesses físico-esportivos¹. Esse quadro tem dificultado que responsáveis por Departamentos, Secretarias e unidades administrativas formulem estratégias de ação eficientes.

O atendimento a essas demandas de lazer tem se dado, na maioria das vezes, de forma a atender interesses pessoais ou de pequenos grupos, que tem se aproveitado para realizar uma certa "privatização" dos espaços públicos. O fato do poder público não ter claro os conceitos e objetivos que podem nortear uma "política municipal de lazer" (que atenda, efetivamente, a interesses públicos), os interesses imediatistas da "caça ao voto" que os projetos de lazer podem proporcionar, aliado a falta de clareza quanto a falta de atuação do profissional (agente, animador, etc.) e sua relação com os mecanismos de participação popular (conselhos de equipamento, conselhos regionais e municipais) não seriam os principais problemas geradores dessa situação ?

Nesse sentido, o foco central desse estudo é o entendimento e a ação que o poder público tem levado a efeito com relação ao lazer. Trata-se de investigar até que ponto esse é entendido como um elemento que integra a noção de cidadania

1. Dumazedier (1973) classifica os interesses culturais no lazer em: manuais, intelectuais, artísticos, associativos e físico-esportivos. Camargo (1986) acrescenta a essa classificação os interesses turísticos.

¹
plena , enquanto direito social.

O estudo das questões relacionadas à problemática do lazer tem sido encarado ainda, por certos setores acadêmicos, como algo irrelevante: as questões relacionadas ao universo da participação política institucional, dos sindicatos, das relações de trabalho e produção, da organização de movimentos populares, tendo como referenciais o trabalho, os modos de produção e a estrutura de classes da nossa sociedade, têm mantido ainda uma certa hegemonia nas ciências sociais, embora alguns pesquisadores e intelectuais busquem uma forma de entendimento, explicação e ação pessoal fora desse modelo, admitindo obviamente as contradições sociais como impulsionadoras da dinâmica social, mas não se atendo somente as relações econômicas e de produção. Assim, o lazer tem aparecido como campo privilegiado de investigação acerca das formas de organização e representação² das classes populares, oferecendo subsídios para o entendimento da sua relação com o todo social mais amplo, na medida em que situa-se indiretamente ligado às relações de produção³. Na mesma medida em que aparece como espaço para a re-produção das relações de dominação social, aparece também como espaço privilegiado para a emergência de valores que contestem essa mesma dominação, de forma dialética.

1. A noção de cidadania plena integra o acesso do indivíduo aos direitos civis, políticos e sociais - e dentre eles, ao lazer - não se atendo apenas ao "exercício do voto", noção bastante presente no senso-comum.

2. MONTES (1983).

3. MONTES (1983) e MAGNANI (1984).

Se, no universo acadêmico, os estudos sobre o lazer ainda são vistos com certo preconceito, fora dos muros da universidade não têm sido diferente: com relação à problemática da intervenção do poder público no lazer, alguns setores da sociedade civil manifestam sua desconfiança - não sem razão - colocando em pauta o argumento de que, num país com os problemas sociais que o Brasil apresenta nas áreas de educação, saúde, trabalho, habitação, saneamento básico, transporte, abastecimento e outras, com tais desigualdades sociais motivadas, entre outros fatores, por uma injusta participação das classes menos favorecidas na renda nacional, falar sobre uma "política de lazer" significa colaborar para a manutenção dessa ordem social, desviando o foco de atenção da população dos problemas "reais", vivenciados cotidianamente. No entanto, é fato que a Federação, Estados e Municípios têm mantido estruturas burocráticas (Secretarias, Departamentos, etc) que oferecem serviços nessa área e esse mesmo argumento da "não importância" ou da "irrelevância" da questão do lazer, de certa maneira, tem colaborado para perpetuar a incompetência do setor público na gestão desses serviços e o seu uso político-partidário e clientelista.

Além da intervenção do Estado e da grande variedade de opções de lazer comercial oferecidas ao público que tem potencial de consumo, o lazer tem sido objeto de intervenção por parte de outras instituições que não poderiam ser agrupadas nas categorias "Estado" ou "iniciativa comercial": trata-se da intervenção

realizada por diversas empresas, grandes instituições patronais (SESC, SESI, etc.) e até mesmo por alguns sindicatos, que oferecem serviços de lazer aos trabalhadores e seus familiares, não apenas como importante elemento de participação cultural, mas sobretudo como forma de "marketing institucional" ou uma sutil forma de controle social. Esse fato é um indicativo de que não é possível aceitar o argumento da "irrelevância" do lazer no rol das "prioridades" sociais.

Enquanto dimensão da vida social, o lazer tem estado presente mesmo em lugares de extrema carência "material", o que põe em cheque sua "irrelevância" ou a afirmação de que ele não se configura como uma "necessidade humana fundamental": constata-se, nessas comunidades, a emergência do lazer como parte importante da vida do "pedaço". Um exemplo disso são os inúmeros campos de várzea, bastante comuns na região que será objeto desse projeto de pesquisa, invariavelmente situados bastante próximos de áreas de extremo conflito quanto a ocupação do solo urbano e que, no entanto, não são ocupados pelos movimentos populares que lutam pela moradia. Chega-se ao limite de encontrar antigos "campos de futebol de várzea" hoje rodeados por áreas ocupadas por moradias populares - as "favelas". Mas são espaços sagrados, reservados como espaço de sociabilidade e identidade daquela própria comunidade e por ela controlado, embora haja monopólio de alguns grupos dentro da mesma comunidade ¹.

1. No caso dos campos de várzea, dentro da mesma comunidade onde esse espaço está inserido, configuram-se barreiras de acesso - com relação a sexo, faixa etária, interesses culturais e habilidades - e a "monocultura do uso", através do futebol.

Não procuro afirmar com isso que o lazer é ou pode ser o "mediador" ou a panacéia das desigualdades sociais e das contradições de classes. Ao contrário: numa sociedade de classes, com tais desigualdades sociais como a nossa, a apropriação do lazer também se dá de forma desigual¹. Não há como negar, portanto, o papel do Estado inclusive na área do lazer, não da forma como se apresenta hoje, mas com o objetivo de equilibrar as possibilidades da prática do lazer, entendido como um direito social de qualquer cidadão. Sem a intervenção do Estado, ou com a intervenção pouco eficaz realizada atualmente, abrem-se perspectivas de manutenção e ampliação dessas desigualdades no acesso aos diversos interesses culturais no lazer. A questão que coloco: como deve se dar esta intervenção? Dentro dos limites que esse estudo impõe, é com esta questão que dialogarei, buscando "pistas" que possam, no futuro, conduzir a uma resposta.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo se debruçar sobre a realidade de uma das regiões mais importantes do país do ponto de vista político e econômico - o ABC paulista - buscando um entendimento da ação do poder público local com relação ao lazer, usando para isso um estudo comparativo entre as políticas públicas levadas a efeito pelos executivos municipais de Santo André e São Bernardo no período de 1989-1992.

1. Forjaz (1988) e Magnani (1984).

O estudo pretende verificar:

1 - Como se dá a relação entre o discurso e a prática dos executivos municipais em relação ao lazer e até que ponto a ausência de políticas e diretrizes conceituais claras têm dificultado uma ação mais efetiva e democrática nesse setor.

2 - De que forma os executivos municipais têm atendido as demandas sociais neste setor e se há pressão dos movimentos sociais organizados no atendimento dessas demandas. Trata-se de identificar até que ponto o atendimento leva em conta a dinâmica social ou interesses clientelísticos.

3 - Se os usuários potenciais - todos os que não são atendidos, mas principalmente a parcela da população privada do atendimento comercial na área do lazer - pressionam o poder público para o atendimento ou adotam atitudes passivas frente a esse direito social.

4 - Se os usuários atendidos estabelecem com a sua cidade uma relação de identidade quando sentem atendidas as suas necessidades nesse setor.

5 - Se os usuários atendidos passam a participar mais ativamente da vida social e política da cidade.

6 - Se a falta de profissionais especializados tem dificultado as ações públicas nesse setor. Trata-se de identificar até que ponto a relativa hegemonia da Educação Física e de profissionais da "área cultural" no planejamento, execução e avaliação de programas e a falta de ações conjuntas¹ desses profissionais tem dificultado a efetivação de políticas públicas para o setor.

A partir dessa investigação, pretende-se propor mudanças e/ou critérios de melhoria na elaboração de políticas públicas de atendimento nesse setor.

1. A prefeitura municipal de São Bernardo, por exemplo, divide a sua Secretaria de Educação, Cultura e Esportes em quatro setores: educação, cultura, lazer ("equipamentos públicos especiais") e esportes. Embora a retórica interna afirme a necessidade de integração entre esses setores, as ações são totalmente distanciadas. Além disso, percebe-se essa fragmentação de ações como produto, dentre outros fatores, da falta de clareza conceitual: afinal, os setores de educação, cultura, lazer e esportes têm atuado, ainda que dentro de interesses diversificados, no âmbito do lazer.

1 - Metodologia: em busca do modo de olhar

Nesse estudo se fez necessária uma investigação que usou a pesquisa bibliográfica mas não se reduziu a ela, na medida em que só o trabalho de campo, através da inserção do pesquisador nessa realidade, foi capaz de fornecer os subsídios para o equacionamento das questões aqui colocadas.

Dessa forma, foi realizada uma investigação em duas cidades do ABC paulista, em função da minha própria trajetória pessoal enquanto cidadão sambernardense e das ligações profissionais com a Prefeitura Municipal de São Bernardo - onde faço parte do efetivo no cargo de professor de educação física desde agosto de 1991 - e com a Prefeitura Municipal de Santo André - onde ministrei cursos para profissionais contratados para atuação na área do lazer.

O estudo comparativo justifica-se: as duas cidades têm características sócio-culturais-econômicas bastante próximas e no período escolhido para investigação (1989-1992) têm no poder o mesmo partido - o Partido dos Trabalhadores. A primeira vista, seria de se supor que ambas tivessem adotado políticas de lazer bastante semelhantes. No entanto, a cidade de Santo André teve a preocupação em contratar e treinar profissionais para atuação nessa área. Busco, portanto, através do estudo comparativo, verificar se houve diferenças significativas quanto a ação dos executivos municipais nesse setor.

Bruyne et all (1977), discutindo os estudos comparativos, coloca que "para estudar as organizações, não ao nível das unidades que as compõem, mas como uma "totalidade", sob o ângulo de sua forma e de seu funcionamento global, o caso de uma única organização certamente não oferece o melhor campo de investigação: impõe-se uma abordagem comparativa de seus caracteres e de suas variações". Nesse sentido, a opção pelo estudo comparativo se deu em função de que, no nosso caso, considerando os executivos das duas municipalidades como organizações que demandam um entendimento dentro dessa "totalidade", um estudo de caso restringiria a possibilidade de avaliar variações ocorridas dentro da mesma problemática: o lazer. Entendendo a "totalidade" de relações sociais inseridas na formulação da ação desses executivos, podemos realizar a investigação mais acurada de alguns casos, aprofundando as observações ou refinando conclusões obtidas. Isso se deu na escolha de dois equipamentos públicos municipais - potenciais equipamentos de lazer - um em cada cidade, o que possibilitou uma ligação dos resultados da pesquisa empírica às exigências da teoria.

A pesquisa exploratória - realizada nas prefeituras - poderia ser classificada como uma pesquisa participante, pressupondo a inserção (ou a "imersão", como ocorreu em determinados momentos desta pesquisa, dado o grau de envolvimento com a problemática em ambas as localidades) do pesquisador junto às municipalidades pesquisadas, sendo que nos momentos de

"imersão" completa do pesquisador configurou-se mesmo como uma pesquisa-ação. Thiollent (1985), faz a distinção entre pesquisa participante e pesquisa-ação. A primeira preocupa-se, sobretudo, com o papel do investigador dentro da situação investigada, "não concentrando suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada". A pesquisa-ação não é apenas pesquisa participante, pois "é um tipo de pesquisa centrada na questão do agir" e supõe, como coloca Thiollent, que "haja apoio, pelo menos em termos relativos, do movimento, da organização social, cultural, educacional, sindical ou política na qual está concentrada". Em função desse apoio da organização quanto ao entendimento da importância da pesquisa é que a mesma permaneceu como pesquisa participante - não tendo uma influência direta quanto à ação das municipalidades pesquisadas, ao menos de forma sistemática. Não sei se isso é possível do ponto de vista metodológico mas diria que foi fundamentalmente uma pesquisa participante com momentos de pesquisa ação.

A opção de realização de uma pesquisa participante, na linha da pesquisa-ação não é necessariamente "ideológica" ou um "regresso às posturas anticientíficas". Ao contrário: procurei manter as preocupações teóricas da sociologia e de outras disciplinas envolvidas no estudo, procurando fugir do "espontaneísmo" ou de posturas "populistas", o que levou a constantes avaliações dos meus envolvimento na ação observada. Como coloca A. Touraine, citado por Thiollent (1985): "O sociólogo deve reconhecer a sua solidariedade com as ações coletivas, sem as quais seria impossível captar o seu objeto de

pesquisa. Mas este princípio não exige que o sociólogo adira a uma organização política ou sindical porque esta possui objetivos diferentes dos objetivos do conhecimento, produz necessariamente uma ideologia e submete-se a exigências táticas e estratégicas deixando no segundo plano as exigências do conhecimento e de pesquisa".

Para a realização dessa pesquisa, na linha da pesquisa participante, foram necessárias as seguintes técnicas: o levantamento bibliográfico inicial, com seleção de obras para aprofundamento, através de análise temática, interpretativa e problematização (Severino, 1980). Durante todo o transcorrer da pesquisa, não por acaso, havia constantemente a entrada de um novo texto ou livro em cena e que merecia certa atenção. Dentro dos limites deste estudo, isso foi motivo de grande inquietação na medida em que tornava-se impossível processar todo esse volume de informações importantes que chegavam. Da formulação do projeto até a entrega do relatório, a bibliografia do estudo já sofreu diversas alterações. Limitei-me, portanto, a alguns textos que estavam mais "digeridos", embora a bibliografia seja extensa. Na pesquisa exploratória, foi utilizada a pesquisa documental (análise, interpretação e problematização de documentos internos das duas prefeituras). Além disso, após essa fase de pesquisa bibliográfica e documental, foram eleitos dois "equipamentos

públicos potenciais de lazer", um em cada cidade, onde o pesquisador realizou uma observação participante, buscando uma inserção na dinâmica comunitária de cada equipamento, buscando entender como operam as demandas reprimidas, as demandas atendidas e a relação dessas com o equipamento e sua programação. Nessa observação participante, o pesquisador realizou entrevistas formais (centradas) - com questões estruturadas - e informais (não diretivas), com moradores locais, usuários, integrantes de conselho de gestão, profissionais que trabalham no equipamento e profissionais de direção e coordenação, que foram gravadas em fita cassete. Esses dados, principalmente os coletados informalmente e não gravados, foram anotados na forma de relatos do pesquisador em um "diário de campo". O tempo de inserção em cada um dos equipamentos não foi inferior a dois meses - o que dependeu da relação do pesquisador com as comunidades pesquisadas - com utilização prioritária de finais de semana e período noturno. Dentro dos limites desse estudo, a análise destes dados foi realizada apenas de forma inicial, o que desde já aponta a necessidade da continuidade dessa análise em outra oportunidade.

A estrutura de referência teórica utilizada nesse estudo tem por base o materialismo dialético, numa concepção

1. Considero como "equipamentos potenciais de lazer" os chamados "parques", "centros de convivência", "centros comunitários", "centros recreativos, esportivos e culturais", etc.

gramsciana . A dialética, enquanto "movimento reflexivo do todo às partes e reciprocamente; (...) recusa de tudo que está submetido a etapas de um percurso, (...) tudo que é abstrato, separado do concreto; condicionamento recíproco de todos os elementos de um conjunto" coloca questões sem dar respostas e "quem não vê esses limites isola-se na pura descrição e mesmo no dogmatismo" (Bruyne, 1977).

Como esse estudo, no meu entendimento, não tem por finalidade apontar respostas e nem se isolar nas descrições ou no dogmatismo, considero que a dialética é a melhor ferramenta para alcançar esses objetivos. Além disso, como coloca Lefebvré (1969), citado por Bruyne (1977): "ela (a dialética) implica e perde seu sentido se não há mais história". Assim, entender o lazer, objeto deste estudo, dentro dos processos sociais mais amplos, de sua historicidade, relacionado às relações de produção dentro da sociedade urbano-industrial-capitalista é fundamental, sem se ater ao determinismo econômico e como "possibilidade privilegiada para a vivência de valores que embasem mudanças, no sentido de construção de uma nova sociedade" (Marcellino, 1992). Na perspectiva gramsciana - na qual, no Estado Moderno, uma classe social exerce a hegemonia política sobre as outras classes

1. Antonio Gramsci, teórico e político marxista, nasceu na Sardenha em 1891. Estudou Filosofia em Turim e foi militante do Partido Socialista Italiano. Rompeu com o PSI em 1921 para fundar o Partido Comunista Italiano. Deputado em 1924, foi preso por Mussolini em 1926 e só voltou à liberdade em 1937, pouco antes de sua morte. Sua obra foi toda escrita na prisão, em diversos cadernos que passaram a ser chamados de "Cadernos do Cárcere". Alguns trechos desses cadernos foram publicados no Brasil.

através da combinação entre força e consenso - poderíamos, contemporaneamente, entender o lazer também como espaço para manifestação de uma contra-hegemonia¹, na busca da construção de nova hegemonia política - uma nova sociedade.

1. GRUPPI (1978), discutindo o conceito de "hegemonia", central nas obra de Gramsci, coloca que ela é "entendida não apenas como direção política, mas também como direção moral, cultural, ideológica", entendendo ideologia como consciência de classe.

2 - Lazer: um emaranhado de conceitos e pré-conceitos

Não é incomum encontrarmos referências pejorativas ao lazer. Numa sociedade que tende a valorizar o trabalho como única atividade que "dignifica o homem", o lazer comumente é tido como atividade de pouca importância.

Pré-conceitos à parte, buscarei discutir alguns conceitos que, dentro dos limites deste estudo, se relacionam com o lazer: cultura, cidadania, política, participação, poder, resistência, transformação, recreação, jogo, brinquedo, festa, "tempo livre". Esse universo de palavras se apresenta como um emaranhado bastante intrigante.

Conceituar pode ser entendido como uma ação de formular uma idéia por meio de palavras, formando uma opinião sobre o objeto da conceituação, que traz consigo valores e concepções que podem ser absolutamente pessoais. Enquanto uma definição pode manifestar com exatidão um sentido, traduzindo uma explicação precisa, o conceito está repleto de valores que transcendem a essa exatidão. Dessa forma, a análise de alguns conceitos deveria levar em conta o "caldo de cultura" que produziu tal conceito, isto é, sob que circunstâncias históricas e sociais tal conceito foi formulado. Nos limites que esse trabalho se impõe, seria impossível um tratamento tão detalhado. Da mesma maneira, os conceitos que emitirei estarão datados, terão a marca do meu modo de "ver o mundo" ou, para ser mais preciso do ponto de vista

acadêmico e buscando o rigor necessário à ciência, estarão circunscritos ao referencial teórico e metodológico já enunciado. Trata-se, portanto, de tentar por o conceito do outro nu, ao mesmo tempo em que se constrói algo novo, nova vestimenta, com novos valores. O que era conceito, passa a ser pré-conceito na construção de um novo conceito - numa relação dialética.

Os conceitos de cidadania, jogo, lazer, "tempo livre", política, educação e cultura - sobre os quais tentarei desamarrar o intrigante emaranhado (ou construir algum outro) - tem se apresentado, no senso-comum, de forma bastante diversificada. Uma análise breve dos conceitos emitidos por um grupo de aproximadamente 50 profissionais que iriam iniciar um trabalho com lazer numa Prefeitura Municipal indicou que o conceito de cidadania é identificado com a idéia clássica dos direitos e deveres e em algumas colocações envolvendo a questão da participação; o conceito de lazer esteve bastante relacionado a atividades prazerosas, espontâneas e relacionada a diminuição das horas de trabalho; jogo foi visto fundamentalmente como competição, brincadeira ou divertimento; tempo livre foi entendido como tempo utilizado para o lazer, sem ocupação, ou tempo ocioso; o conceito de política foi o mais diverso - foram elaborados julgamentos de valor, aproximando a "política" de uma atividade sem conteúdo ético - "demagogia", "agradar a todos", "promessas", foram argumentos utilizados. Além disso, a atividade política foi entendida como forma de controle social; a noção predominante de educação é a relacionada a transmissão do

"saber", preparação do indivíduo para o "futuro" e - numa perspectiva mais ingênua ou moralista - foi tida como "respeito pelo próximo"; o conceito de cultura explicitou uma noção de "acúmulo de saber" bastante presente, além de uma relação com a "tradição e o folclore".

Se no senso-comum o emaranhado parece ainda mais confuso, nos estudos acadêmicos não parece ser diferente. Com relação ao lazer - objeto central deste estudo - os vários autores investigados por vezes o conceituam em relação a um tempo, uma atividade ou um estado de satisfação pessoal e prazer, buscando, em determinados momentos, um conceito que abranja essas três categorias.

Tomando por base o tempo, torna-se necessária uma breve abordagem acerca da relação do ser humano com o tempo, em nossa sociedade - visto que em outras sociedades, essa relação é diversa, na medida em que ela mesma é também uma construção cultural. Uma análise diacrônica que não se esgote no "historicismo", mas possa oferecer subsídios para a interpretação do presente. Mas o lazer, inevitavelmente, está ligado a categoria do tempo? Se considerarmos o lazer como a emergência do comportamento lúdico, este não poderia se manifestar em qualquer um dos fragmentados tempos humanos (trabalho, obrigações familiares, etc.)? No entanto, nesta perspectiva, podemos cair no engodo de tentar analisar o lazer em sua "especificidade abstrata", sem levar em conta as "mútuas influências das outras esferas da vida social" (Marcellino, 1992). Nesse sentido, há que

se considerar a fragmentação histórica dos tempos humanos, visto que a mesma sociedade que fragmentou o trabalho, tem fragmentado as ações e relações humanas que se dão fora dele.

Na gênese desta fragmentação do humano estão as relações de produção. Na busca de produzir mais e melhor, na busca do acúmulo de riquezas, o ser humano cria a "milagrosa" divisão social do trabalho e com ela o controle sobre o tempo produtivo, onde se dá outro "milagre": a acumulação capitalista. O controle sobre o tempo produtivo, portanto, passa a ser um item de fundamental importância ¹.

A redução do tempo dedicado à produção se dá, portanto, num confronto político entre quem detém os meios de produção e quem vende a sua força de trabalho. E nesse espaço de luta política que ocorre a lenta redução da jornada de trabalho ao longo do tempo. No circuito da produção - distribuição - troca e consumo, o último elo da cadeia acaba tendo fundamental importância e o aumento do tempo "não-produtivo" encontra uma lógica dentro do próprio sistema: o tempo do "não-trabalho", o tempo do lazer, passa a ser visto como tempo do consumo. O lazer passa a ser duplamente importante dentro dessa lógica: como tempo

1. Marx, em "Contribuição à crítica da economia política" expõe como a desigualdade entre os homens se dá na apropriação dos meios de produção.

2. Sobre o circuito da produção, distribuição, troca e consumo ver análise de Marx em "Contribuição à crítica da economia política" (p.298). Cunha (1987) mostra como "os tempos residual e de lazer são produtos políticos de emancipação".

de consumo e como tempo a ser controlado (tempo da re-produção das relações sociais).

Requixa (1976) relaciona alguns fatores que tem influência no que ele denomina de aumento do "tempo livre": o acelerado desenvolvimento tecnológico - através dos avanços da automação industrial (que, colocaria um adendo, nem sempre se revertem em aumento do tempo disponível para lazer em função da sua apropriação na produção, com conseqüente aumento da mais-valia); o desenvolvimento de uma nova ética do trabalho - através de uma maior procura por atividades produtivas que tragam consigo a satisfação pessoal; a secularização dos costumes - através das mudanças culturais com a industrialização e urbanização; dessacralização dos horários de trabalho - através da diminuição das distâncias, transportes mais eficientes, horários flutuantes e outras medidas. De forma geral, no entanto, a maioria desses fatores nem sempre tem efetivado um aumento do tempo de lazer.

Esse suposto "aumento do tempo livre", portanto, demandará a geração de políticas de "ocupação" desse tempo - com os mais diferentes matizes ideológicos. Analisando as chamadas "abordagens funcionalistas do lazer", caracterizadas por vinculá-lo sempre a uma determinada função social, em contraponto a uma abordagem crítica, Marcellino (1986) propõe uma classificação em quatro tipos: a "romântica", marcada pela nostalgia, onde o lazer seria visto como um elemento promotor de uma volta ao passado; a "moralista", com o lazer tendo a função

de manter a "ordem" e a "segurança" na busca da chamada "paz social"; a "compensatória", na qual o lazer é visto como o espaço onde é possível realizar as "atividades criativas" impossíveis de serem realizadas no trabalho; e a "utilitarista", na qual o lazer é visto como repositório de forças para o trabalho e como espaço para o "desenvolvimento pessoal e social", mitigando os conflitos de classe.

Dumazedier (1973) analisa a dinâmica produtora do lazer como sendo fruto de uma dinâmica tecnológica-econômica e de uma dinâmica social, que levam a um aumento do tempo liberado do trabalho, uma regressão institucional (menores obrigações familiares, sócio-políticas e religiosas) e um conseqüente aumento do tempo de lazer. Este, através de uma dinâmica cultural própria, é "preenchido" com as mais diversas atividades. Marcellino (1987) também conceitua lazer em relação ao tempo, quando o coloca como "a cultura vivenciada (...) no tempo disponível". Usa o conceito de tempo disponível, relativizando a questão da liberdade nesse tempo na medida em que, sobre ele, incidem coerções sociais, econômicas e políticas como parte de um todo social que deve ser considerado.

Com relação às atividades de lazer a polêmica não é menos inquietante: alguns autores atribuem "funções" e características, criando uma tipologia com base nos interesses pessoais predominantes nas atividades realizadas. Dumazedier (1974) propõe as seguintes características às atividades de lazer: caráter liberatório, baseado no princípio da "livre" escolha; caráter desinteressado, não visando "lucro"; caráter

hedonístico: visando o prazer; caráter pessoal, baseado no interesse individual. Coloca ainda como funções do lazer o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, e parece não considerar a possibilidade do "uso" do lazer como forma de dominação e controle social.

Com relação ao entendimento do lazer como forma de satisfação pessoal e prazer se acende outra polêmica: numa sociedade que transformou o trabalho em algo destituído de identidade, entender o jogo, o comportamento lúdico ou o prazer como uma necessidade humana fundamental pode chocar os mais apegados à ética do trabalho. Huizinga (1903) diria que o lúdico está presente em "todas as esferas do desenvolvimento e das atividades humanas, ainda que tenha sido subvertido em algumas áreas, como no trabalho moderno". Cita como suas características, o que o aproxima muito das características do lazer defendidas por Dumazedier (1974): é voluntário - há liberdade de participação; não é vida "corrente" nem vida "real" - é uma evasão temporária, mas repleta de "seriedade"; é desinteressado - não visa "lucro"; é isolado - limitado no tempo e no espaço; cria ordem - "introduz na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada"; cria a sociabilidade - torna-se uma atividade com forte ação associativa. A compreensão do jogo e do comportamento lúdico passa a ter importância fundamental na compreensão do lazer.

Magnani (1984) coloca que o lazer, nos bairros da periferia das metrópoles, se configura como "atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer - mas talvez, por isso mesmo, possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão da sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem ouvir e falar a sua própria língua". Assim, o lazer pode ser uma importante forma de criação de uma identidade de cidadão, que se constrói à revelia de padrões ou normas ditadas pela ideologia do poder público, através do seu caráter associativo e da criação de "redes de sociabilidade" com os "outros" e com os "pedaços da cidade" (Magnani, 1984). Nesse sentido, tendo a considerar o lazer como um tempo e espaço privilegiado para a criação e re-criação de identidades individuais e coletivas, como campo de ação pedagógica, capaz de gerar resistência a uma série de valores socialmente impostos, atuando na construção da identidade de cidadão.

No entanto, nem por isso o lazer deve ser "instrumentalizado" para a ação política - sob risco de perder a essência de ludicidade que o caracteriza. Valle (1988) coloca que o lazer, "sob a marca do controle do Estado ou do capital era percebido como reserva ideológica, capaz de intervir suplementarmente na formação de um "padrão de cidadania" compatível com o modelo dominante e ainda legitimá-lo". Será possível imaginar o lazer fora do circuito do consumo e sem se deixar instrumentalizar - pelo Estado ou pelo capital - como espaço de re-produção social?

2.1 - Cultura, lazer e cidadania

As relações entre cultura e lazer, nos autores investigados, também tem sido marcada por questões polêmicas. Procuro levantar alguns questionamentos acerca da relação entre cultura, lazer e cidadania, buscando um diálogo entre os autores que têm discutido a questão - de forma um tanto quanto distanciada um do outro - colocando algumas idéias, dentro dos limites deste estudo, que poderão ser aprofundadas em outra oportunidade.

O diálogo que buscamos procura reunir autores com diferentes referenciais teóricos, que escreveram em diferentes épocas, períodos e contextos sociais. Sem desprezar a história de cada autor e texto, trata-se de observar conceitos relevantes à problemática e relações possíveis entre as colocações de cada um. É um exercício de imaginação, como se pudessemos reunir numa mesma mesa autores diversos. Esse será, portanto, um exercício de sistematização de algumas idéias, pois alguns conceitos e relações não me parecem ainda muito claros.

As questões que deverão nortear o debate são as seguintes: qual o papel do Estado em relação ao Lazer? Esse papel diferencia-se do papel do Estado em relação à Cultura? Em que medida? O que aproxima e o que diferencia uma política de lazer de uma política cultural? De que forma essas políticas setoriais contribuem para a participação ativa dos cidadãos na vida

política da cidade - exercício da cidadania? Do ponto de vista conceitual, qual a relação entre Lazer e Cultura?

Cidadania, há algum tempo, tem se tornado palavra de ordem. Tal como um pretenso "ecologismo"¹ que tem colorido discursos das mais variadas tendências, a palavra cidadania² reveste-se hoje das mais variadas embalagens .

Do ponto de vista acadêmico, não são poucos os estudos que se debruçam sobre a questão da cidadania e suas relações com os movimentos sociais, as formas de participação popular, as políticas públicas e os comportamentos políticos. Um dos estudos clássicos sobre a questão, no Brasil, é o do antropólogo Roberto DaMata³ .

DaMatta (1985) coloca que o papel de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social de caráter nivelador e igualitário, que busca liquidar com "leis" particulares. No

1. O discurso ecológico mereceria um estudo mais aprofundado. A ênfase no seu uso nem sempre explicita os interesses dos discursantes. Situação semelhante tem ocorrido com relação à cidadania no Brasil.

2. Em documento da Secretaria dos Desportos da Presidência da República (julho/1991), intitulado "Programa Esporte e Cidadania - uma proposta para os CIACS", coloca-se a todo momento os lugares-comuns: integração de ações setoriais, participação comunitária, co-gestão de equipamentos públicos, etc.

3. DaMatta (1985) em "A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil". O capítulo "A questão da cidadania num universo relacional" é muito importante para a compreensão da cidadania no Brasil.

entanto, o individualismo, no Brasil, assume a lógica do personalismo e a cidadania passa a ser definida através dos privilégios das relações pessoais. O autor levanta a hipótese dessa noção de cidadania, fundada no personalismo, ter sido uma herança histórica da reação ao Estado colonizador.

Dessa forma, fundada nas redes de relações pessoais, há uma perversão e variação da cidadania: "O resultado é um sistema social no qual convivem diferentes concepções de sociedade, de política, de economia e de cidadania. Num sistema onde a palavra de ordem é a relação, podem conviver dimensões e esferas de vida cujos valores são diferentes, embora complementares entre si" (p.66). Como coloca DaMatta, no caso brasileiro, somamos a uma tradição centralizada e legalista uma outra, igualitária, individualista e liberal. "Daí a pergunta: será que podemos falar de uma só concepção de cidadania como forma hegemônica de participação política, ou temos que necessariamente discutir a hipótese de múltiplas formas e fontes de cidadania, tantas quantas são as esferas de ação que existem em seu meio?" (p.66).

O público e o privado não estabelecem, portanto, fronteiras lógicas. Tornam-se também espaços relacionais: (...) "Há uma forma de cidadania universalista, construída à partir dos papéis modernos que se ligam a operação de uma burocracia e de um mercado; e também outras formas de filiação à sociedade brasileira - outras formas de cidadania - que se constroem através de espaços tipicamente relacionais, dados a partir do espaço da "casa" (p.73). O discurso da "rua", o discurso sobre o

que é "público", é realizado através desse idioma liberal-universalista, mas a "prática política se faz dentro de outra lógica, das lealdades relacionais que não tem nenhum compromisso legal ou ideológico. O resultado não passa, porém, despercebido à massa brasileira que vê na atividade política um jogo fundamentalmente sujo, onde existe tudo, menos ética" (p.73/74). O autor ainda alerta para o fato de levarmos em conta esses "meandros e dilemas da sociedade brasileira", sob o risco de realizarmos estudos "puramente normativos ou inteiramente formalizantes".

Um estudo que busca investigar a relação entre Lazer e Cidadania na formulação de políticas públicas municipais não pode prescindir dessa "diversidade" de noções de cidadania construídas e estabelecidas pelo imaginário social brasileiro, sob o risco de se tornar um estudo normativo. Com relação a formulação de políticas públicas setoriais não nos parece diferente: se não entendermos a lógica das "relações pessoais" que tem orientado a noção de cidadania, mantém-se o risco de proposições clientelísticas, notadamente com relação às políticas de lazer. Trata-se de entender até que ponto a "participação popular" está ou não atendendo a esta lógica das "relações pessoais", sob o risco de admitirmos como "normalizante" o discurso liberal-universalista e definirmos um "padrão de cidadania".

A cidadania, o exercício de "ser cidadão" - entendida como acesso aos direitos civis, políticos e sociais e a sua participação ativa nos destinos da cidade - não admite padrões. é

construída cotidianamente, nas mais diferentes esferas de participação social: no clube, no trabalho, nas associações de moradores, nos núcleos partidários, nos centros de convivência e centros comunitários, etc. Poderíamos considerar como pressupostos para essa construção o fato de que "todo cidadão tem o direito de ser consultado sobre a direção da sociedade política e o dever de contribuir com algo para essa consulta geral" e de que "todo cidadão que tem o direito de ser consultado está adstrito aos resultados da consulta (Bobbio, 1985). Esses pressupostos, no entanto, também refletem esse idioma liberal-universalista explicitado por DaMatta.

Marshal (1950), em um texto clássico sobre a questão, discutiu a evolução da cidadania à luz das mudanças na concepção de direitos e deveres na Inglaterra do século XIX, constatando um momento que parte dos direitos civis (direito de ir e vir, direito à propriedade, etc) para os direitos políticos (liberdade de expressão, direito de votar e ser votado, etc.) e daí, para os direitos sociais (direito à saúde, trabalho, lazer, transporte, habitação, etc.). Como sabemos através da nossa história recente, os direitos políticos só foram integralmente assegurados com a nova Constituição e a eleição direta para presidente, conquistas conseguidas após ampla luta pela redemocratização e a saída dos regimes autoritários pós-64 do poder, sendo que a década de 80 demonstrou enorme fôlego na ampliação dos movimentos sociais em busca dos direitos básicos.

Durham (1984), discutindo a importância dos movimentos sociais na construção da cidadania, como espaço diverso daquele ocupado por partidos e sindicatos afirma: "o aprofundamento da divisão social do trabalho relacionada à concentração da população nas metrópoles provoca a emergência de necessidades novas, associadas a novos padrões de consumo que envolvem educação, transporte, atendimento médico, equipamentos sociais e culturais (grifo meu). E continua: "A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania".

Sobre as relações entre o público e o privado na formulação de políticas de ação na área da cultura temos que recorrer a Marilena Chauí, utilizando dois artigos assinados e uma reportagem, para tentar situar seus conceitos nesta discussão. Na reportagem ¹ ela responde a algumas questões colocadas pelo repórter, afirmando a importância da formulação conceitual: "Governar é formular conceitos. O conceito é uma primeira bússola que você tem". No entanto, quando se refere ao lazer, a bússola da autora parece um tanto quanto desregulada. Valendo-se de Hannah Arendt, ² Chauí (1990) aproxima lazer de entretenimento, reduzindo-o a produto dos meios de comunicação de

1. Folha de São Paulo, 02/06/1991.

2. No artigo "Política e cultura democráticas: o público e o privado em questão", Folha de São Paulo, 16/06/1990.

massa - usados tão somente para o aumento da produtividade do trabalhador, controle social e dominação através da alienação - identificando ainda lazer com diversão e passatempo: "entretenimento é o momento da distração e da diversão e é sob este aspecto que nada tem a ver com a cultura enquanto trabalho das obras de pensamento e de arte". A autora parece, assim, não considerar as possibilidades do lazer enquanto campo de ação pedagógica no sentido de mudança de valores sociais¹. Em outro artigo², buscando relações entre cultura, socialismo e democracia, novamente a autora expõe os seus pré-conceitos com relação ao lazer, reafirmando a ideologia do trabalho: "Um segundo ponto que poderia alterar a relação do Estado, dos governos, com a cultura, agora com relação a questão do mercado, seria o de pensá-la como um campo específico de criação: criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência. Um campo específico, não mais como o campo contraditório e polarizado da divisão de classes, mas como um tipo de atividade social, como atividade da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão que não é definido pelo prisma do mercado, pois o prisma do mercado reduz a cultura à condição de lazer/diversão e espetáculo. Não que a cultura não tenha um lado lúdico e de lazer que lhe é essencial e constitutivo, mas uma coisa é perceber o lúdico e o lazer que estão no interior da cultura e outra é

1. Neste sentido, ficamos ainda com o conceito de lazer expresso por Marcellino (1986), como sendo a "cultura vivenciada, praticada ou fruída, no tempo disponível".

2. "Cultuar ou Cultivar", Teoria e Debate, nº 8, outubro, novembro e dezembro, 1989.

instrumentalizá-la para que ela seja apenas um momento de lazer para os outros, o instante da diversão e do entretenimento. Sob o prisma da diversão, a cultura é capturada pelos critérios do mercado, perfeitamente mensurável, dependendo do número de expectadores, do número de público e do de vendas" (p.52). Sem querer assumir aqui uma posição corporativista de defesa intransigente do lazer, diria que concordo com várias das colocações da autora, principalmente com relação a forma como os espetáculos ou o "divertimento" têm sido concebidos para consumo. No entanto, o lazer não se reduz a isso. Concordo ainda com a asserção de que o lúdico e o lazer estão no interior da cultura. Se considerarmos o clássico Huizinga, diríamos que não só estão no interior da cultura como são seus propulsores: "A concepção que apresentamos (...) é que a cultura surge sob a forma de jogo, que ela é, desde seus primeiros passos, como que "jogada". Mesmo as atividades que visam a satisfação imediata das necessidades vitais, como por exemplo a caça, tendem a assumir uma forma lúdica" (p.52). Dessa forma, portanto, se a cultura tem essência lúdica como pode ser entendida como trabalho?

Na mesma trilha, Coelho (1980) discutindo os caminhos para a chamada "ação cultural", vale-se também dos conceitos de Hannah Arendt e faz uma aproximação um tanto quanto caricata do lazer com o "entertainment", a diversão - frutos da "cultura de massa". Coloca o autor: "os artigos desta cultura de massa (...)

1. A origem da palavra trabalho demonstra a negação do prazer nesta atividade: do latim "tripalium", instrumento de tortura. Albornoz (1986), em "o que é trabalho".

não devem receber de fato a designação "cultura". Lazer de massa é melhor. Um antropólogo dirá que em todo caso isso é uma forma de cultura". E avança, colocando pensamentos extremamente reducionistas e fragmentadores: "Mas sou dos que entendem que cada nome corresponde a um determinado conceito e que se há mudança no conceito, um novo nome deve ser procurado. Uma casa de cultura é um Centro Cultural não um Grêmio Recreativo. Cada coisa em seu lugar (grifo meu), todas as coisas tem os seus lugares. Nada precisa ficar de fora; apenas, que cada qual fique declaradamente em seu lugar". É possível imaginar o impacto negativo que tais conceitos podem causar no setor público, impossibilitando a formulação de políticas setoriais interligadas ou políticas de ação integradas em áreas afins.

Nesse pensamento, não se estaria criando uma dicotomia inexistente entre lazer e cultura, deixando de observar a ambos como "campo de atividades, com possibilidades de gerar valores, que ampliem o universo da manifestação do brinquedo, do jogo, da festa, para além do próprio lazer (...) como manifestação da utopia e, dialeticamente, como denúncia de uma realidade insuportável" (Marcellino, 1992)? Além disso, devemos considerar que há uma relação direta entre a efetivação de uma política de lazer (ou política cultural, amplo senso) e as outras políticas setoriais (transporte, habitação, desenvolvimento econômico, educação, abastecimento, saúde e outras) na medida em que os efeitos de uma política setorial certamente se fazem sentir sobre outra.

Faleiros (1986), discutindo as políticas sociais no capitalismo avançado e na América Latina constata: "no Estado de Bem Estar Social (Welfare-State, típico do capitalismo avançado), a maior ou menor restrição ao acesso a bens e serviços sociais está articulada ao desenvolvimento do capitalismo e suas contradições. Nesse contexto, o Estado deve manter os mecanismos de trabalho e as relações capitalistas de produção ao mesmo tempo que regula as atividades do mercado e da produção e atende à prestação de serviços e benefícios como direito da cidadania". De forma bastante adequada, o autor chamou a isso de "bondade aparente", na medida em que as estruturas sociais se mantêm no sentido da re-produção social. Analisando a América Latina e suas políticas sociais, coloca: "não prevalece o direito de acesso universal do cidadão aos serviços, mas um sistema clientelístico, de favores e vantagens. Os benefícios surgem como uma vantagem pessoal, como favores do Estado, e quem os obtém parece ficar devendo uma obrigação a quem os presta. Essa obrigação pode significar até o atrelamento do voto em futuras eleições".

Assim, o papel do Estado com relação ao lazer não seria o de integrar uma política de "welfare state". Há alguns limites para a intervenção do Estado com relação ao Lazer. Caso contrário, o Estado estaria atuando como inibidor e atenuador, negando e escondendo as desigualdades sociais e os conflitos de classes, propondo "formas de entretenimento que entretém a dominação social e política", seguindo a "lógica do consumo, da futilidade, da banalização e do simulacro" (Chauí, 1990). Cabe ao

Estado a compreensão de que, numa sociedade com tais desigualdades sociais, a apropriação do lazer também se dá de forma desigual. Sem a ação do Estado ou com a uma ação pouco eficaz e antidemocrática, abrem-se perspectivas de manutenção e ampliação das desigualdades no acesso aos diversos interesses culturais no lazer.

Apesar de direito constitucional assegurado, na própria Constituição de 1988, a questão conceitual com relação ao lazer se coloca de forma equivocada. Nela também se faz uma aproximação entre lazer e desporto, deixando de observar a amplitude de conteúdos culturais no lazer¹. Isso tem se refletido, como observaremos mais adiante, na legislação municipal - onde o lazer também aparece associado ao desporto - e gerado estruturas administrativas e políticas públicas municipais que têm encarado a problemática do lazer através desse viés reducionista.

1. O lazer aparece na Constituição Brasileira contemplado como forma de "promoção social", numa perspectiva absolutamente "funcionalista". Colocado no Título VIII (Da ordem social), capítulo III (da educação, da cultura e do desporto), na seção III (do desporto), artigo 217, parágrafo 3º (e último!), apresenta-se de maneira "reducionista", visto que o lazer não se limita aos interesses físico-esportivos ou de movimento corporal.

3 - São Bernardo e Santo André: um breve retrato

Dentro dos limites deste estudo, não caberia uma análise histórica detalhada da formação do chamado ABC paulista, composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. A Região do Grande ABC compreende ainda os municípios de Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Diadema. Busco apenas alguns dados ilustrativos que mostram como a história dessas cidades - e em especial, São Bernardo e Santo André - se confundem. Além disso, procuro mostrar o grau de semelhança quanto ao nível de desenvolvimento urbano e industrialização das duas cidades pesquisadas.

Ademir Médici, jornalista e pesquisador da memória da região do ABC, traçando um histórico de Santo André¹, refere-se a duas cidades: a primeira, a Vila de Santo André da Borda do Campo - dos meados de 1500 - e que teve vida curta. Oficializada em 1553, foi transferida para São Paulo de Piratininga, dos jesuítas do Pátio do Colégio, em 1560. A segunda, a Santo André de hoje nasceu no século XIX, com a chegada da São Paulo Railway, estrada de ferro construída fundamentalmente para escoar a produção cafeeira do interior do Estado ao Porto de Santos. Essa história se confunde com a de São Bernardo. A estação São Bernardo, de 1867, uma das paradas da São Paulo Railway, serviu como sede à

1. Sumário de Dados de Santo André, 1991. "Histórico de Santo André".

freguesia de São Bernardo, hoje centro da cidade de São Bernardo, distante apenas oito quilômetros da estação. Hoje, essa estação corresponde exatamente ao centro histórico de Santo André. O "Bairro da Estação", em 1911, passava a formar o distrito de Santo André, em alusão à vila que desaparecera em 1860. Logo, esse distrito tornou-se o pólo industrial mais importante do Município de São Bernardo - que compreendia então todo o ABC - em função da proximidade com a estação ferroviária, as terras planas ao longo do Vale do Tamanduateí (hoje, certamente, um dos rios mais poluídos do país) e a facilidade de comunicação com a baixada santista e com a capital. O distrito de São Caetano aparecia, em função dos mesmos fatores, como a segunda força econômica da região.

A vila de São Bernardo, sede do Município, passa então a perder importância política e em 1938 todo o ABC passaria a se chamar Santo André, com a transferência da sede do município para esse distrito. Em 1944, o então distrito de São Bernardo obtém a sua emancipação político-administrativa, sendo instalado em 1945 com o nome de São Bernardo do Campo¹. As grandes levas de imigrantes, principalmente italianos, provindos das antigas fazendas cafeeiras do interior do estado, já acusavam a sua chegada. As indústrias, que nessa época se limitava à marcenaria em geral, começam a se diversificar com as primeiras linhas de montagem de automóveis e a expansão da indústria automobilística nos anos 50 e 60. A partir daí, intensificam-se as ondas de

1. "Síntese histórica", Compêndio Estatístico - Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, 1992.

migrantes de todas as partes do país em busca do "eldorado" das indústrias. Hoje, a região é uma das mais industrializadas do país, e a construção de sua identidade tem se dado através de interação entre filhos e netos dos antigos imigrantes e a diversidade cultural dos migrantes de vários estados, cujos filhos já trazem uma certa "cara" de "gente do ABC".

Alguns dados recentes podem ilustrar a proximidade geó-
1
político-econômica entre as duas cidades :

	Santo André	São Bernardo
* Area:	159 Km ²	319 Km ²
* Distância da Capital	19 Km	21 Km
* Altitude	760 m	760 m
* População	613.672 hab.	565.171 hab. ²
* Taxa de urbanização	100%	96,16%
* Taxa de crescimento demográfico anual 1980/1991	0,95%	2,57%
* Eleitores	404.039	341.563
* Vereadores	21	21
* Economia	Comércio Indústria: autos, borrachas, químicos, têxtil.	Comércio Indústria: autos, metalurgia, quí- micos, têxtil.
* Pessoal ocupado na indústria	50,95%	65,12%

1. Fontes: Sumário de Dados de Santo André, Compêndio Estatístico de São Bernardo, Censo Cultural do Estado de São Paulo (Secretaria de Estado da Cultura).

2. Dados Preliminares - Censo, 1991.

3.1 - Análise documental:

Olhar de dentro, olhar de trabalhador

Realizar a análise documental relativa às políticas de lazer implementadas pelos executivos municipais no período escolhido para a pesquisa (1989-1992) não foi tarefa fácil. Por mais transparência que se possa assegurar ao cidadão no acesso aos dados relativos ao tratamento da coisa pública¹, normalmente a busca desses dados é vista como investigação político-partidária ou como averiguação de competências individuais. Por mais que haja, legalmente, "livre acesso" aos documentos das secretarias² envolvidas na pesquisa, há um certo bloqueio não explícito que prejudica o trabalho de qualquer pesquisador, que se manifesta sobretudo na "diminuição" da importância da atitude crítico-científica. Não coloco em questão a suposta "neutralidade" científica. Ela mesma é um engodo que não mereceria aqui um debate. O que coloco é que, fazer ciência com compromisso político é bastante diferente da realização de propaganda ou programa partidários - o que parece algo de difícil aceitação por profissionais e dirigentes de departamentos das

1. Nas Leis Orgânicas Municipais é assegurado o "acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e assemelhados (ou congêneres)". Art. 266, item III, da Lei Orgânica Municipal de Santo André e Art. 190, item III, da Lei Orgânica Municipal de São Bernardo do Campo.

2. A pesquisa ficou circunscrita, basicamente, às duas Secretarias de Educação, Cultura e Esportes das duas cidades, embora a relação com as outras secretarias, dentro de uma mesma prefeitura, também seja elemento facilitador ou dificultador do estabelecimento de uma política de lazer.

prefeituras envolvidas.

Além disso, o olhar que debruço sobre a questão é um olhar de trabalhador, de um também "servidor municipal" que está dentro dessa estrutura em uma das prefeituras. Isso acentua alguns outros "olhares" desconfiados, que insinuam a hipótese do uso da "pesquisa" para fins de carreira, aumentando consideravelmente o boicote. Portanto, se por um lado o "olhar de dentro" da estrutura pode facilitar o entendimento e equacionamento de muitas das questões aqui colocadas, por outro ele também atua como elemento dificultador.

Quando se busca documentos com relação ao lazer a confusão parece se ampliar em função da visão reducionista que os integrantes das estruturas administrativas tem da questão, normalmente circunscrita a algumas atividades dentro dos Departamentos de Esportes das duas prefeituras. O acesso a documentos de outros departamentos (cultura, educação, "equipamentos públicos especiais") não se deu com a mesma ênfase, na medida em que eles mesmos negam o seu envolvimento com a problemática do lazer. O chamado "Departamento de equipamentos públicos especiais", da Prefeitura Municipal de São Bernardo parece sofrer inclusive uma crise de identidade: já foi denominado de Departamento de Lazer e o discurso institucional tem reforçado a sua atuação nessa área. No entanto, dada a sua dificuldade de entender e elaborar programas de atendimento que avancem para além dos muros dos "seus" equipamentos, entendendo e

extendendo a ação com relação ao lazer para outros equipamentos (Emeis, Centros Esportivos, etc) e espaços adaptados (ruas, parques, praças, etc), voltou a ser institucionalmente chamado de "equipamentos públicos especiais" - em função da administração que realiza de grandes equipamentos com potencial turístico interno e externo (Cidade da Criança, Pavilhão Vera Cruz e Parque Chico Mendes). Em função disso, com a reforma administrativa, passa a ser denominado de Departamento de Turismo, o que seria questionável do ponto de vista conceitual.

Caberia, para início da análise documental, uma breve discussão da forma pela qual a questão do lazer tem sido colocada na legislação brasileira, em especial nas leis orgânicas dos dois municípios.

Apesar de direito constitucional assegurado, na própria Constituição a questão conceitual se coloca de forma equivocada, havendo uma aproximação entre "desporto" e "lazer". Contemplado como "forma de promoção social", numa perspectiva absolutamente funcionalista e utilitarista ¹ o lazer está colocado no Título VIII - Da ordem social, Capítulo III - Da educação, da Cultura e do Desporto, Seção III - Do Desporto, artigo 217, parágrafo 3º (e último!). Na Constituição Estadual não é diferente, embora haja um maior detalhamento conceitual: o lazer aparece numa seção enunciada "Dos Esportes e Lazer", colocada num capítulo enunciado

1. Sobre as "abordagens funcionalistas do lazer", ver Marcellino (1986).

"Da educação, da Cultura e dos Esportes e Lazer" - podendo-se notar um "detalhamento" progressivo dos conceitos; no Art. 265, aparece "como forma de integração social"; no Art. 266, sobre as prioridades na destinação de recursos orçamentários, o "lazer popular" é citado no item II como uma das prioridades. O "lazer" é citado em outros itens, com aproximação ao desporto.

Isso tem se refletido na legislação e administração municipal - onde o lazer aparece também associado ao desporto. Em Santo André, a Lei Orgânica Municipal, o lazer aparece na seção enunciada "Dos Esportes e Lazer", dentro de um capítulo denominado "Da Educação, da Cultura, do Esporte, do Lazer e do Turismo" - indicando a continuidade de um "detalhamento" conceitual. O Art. 275, item II, coloca como prioridade na destinação de recursos o "lazer da população, mediante o desenvolvimento de uma política urbana que propicie espaços adequados à recreação, à educação física de tempo livre e outros".

Na Lei Orgânica do Município de São Bernardo do Campo, o "lazer" é citado na seção denominada "Dos Esportes, Lazer e Turismo", inserido no capítulo "Da Educação, da Cultura e dos Esportes, Lazer e Turismo". No Art. 200, seguindo o "modelo" da Constituição Estadual, o "lazer popular" é citado como uma das prioridades na destinação de recursos orçamentários.

Na reforma administrativa proposta recentemente à Prefeitura de São Bernardo (1992), a Secretaria de Educação,

Cultura e Esportes (que hoje conta também com o departamento de "equipamentos públicos especiais") passaria a ser denominada Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. O "lazer" aparece citado apenas na seção de "promoções esportivas, recreativas e de lazer" vinculada ao Departamento de Esportes. No Departamento de Turismo, nenhuma das seções propostas faz menção ao "lazer", embora seja criada uma "seção de educação não-formal", que fatalmente desenvolverá ações nesse âmbito, embora isso não esteja explícito na estrutura organizacional.

Dessa forma, dentre outros fatores, os equívocos conceituais colocados na legislação têm contribuído para gerar estruturas administrativas e políticas públicas municipais que encaram a questão do lazer através desse viés reducionista, aproximando e confundindo-o com o desporto ou com o turismo¹, e numa perspectiva funcionalista - como elemento "mediador" de tensões sociais.

A significativa influência da Educação Física no universo do Lazer² tem gerado confusões conceituais que se -----

1. Assim como os interesses físico-esportivos, os interesses turísticos apresentam-se como um dos interesses ou conteúdos do lazer.

2. Mesmo na Universidade, a questão do Lazer e seus estudos tem emergido da Educação Física, em função da suas ligações históricas na ação profissional. Do ponto de vista epistemológico, no entanto, essa situação apresenta-se como um equívoco na medida em que, enquanto a Educação Física busca se firmar como disciplina acadêmica tomando para si como objeto de estudo o movimento humano, o Lazer transcende esse objeto e seus estudos tendem a se firmar como eminentemente interdisciplinares. Ainda assim, na Universidade Estadual de Campinas, por exemplo,

manifestam nos documentos internos das duas prefeituras: comumente, o "lazer" é confundido com as atividades físico-esportivas ou de movimento corporal realizadas no tempo disponível, gerando programas e projetos que tendem a atuar dentro desse interesse cultural no lazer. Além disso, o entendimento do "lazer" expresso em alguns documentos o reduz a divertimento e distração, conforme já havíamos constatado na breve revisão bibliográfica realizada para esse estudo.

Vejamos, em primeiro lugar, alguns documentos relativos às administrações petistas de forma geral¹: em documento intitulado "Relatório dos cem primeiros dias", a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo (SEME) coloca na sua apresentação essa aproximação confusa e reducionista do lazer com o corpo/movimento. Discorrendo sobre a tarefa da secretaria, coloca: "(...) nossa tarefa é a de garantir uma participação ampliada e abrangente das atividades esportivas e de lazer, procurando, ao mesmo tempo, resgatar o

..Continua....

tem se constituído um "Conjunto de Estudos do Lazer" ligado à Faculdade de Educação Física.

1. Além de São Paulo, as administrações municipais pesquisadas - São Bernardo e Santo André - estão ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Outras administrações petistas também tem se preocupado em discutir os pontos de intersecção de áreas afins como "lazer", "cultura", "esportes" e "educação", tal como a administração municipal de Porto Alegre que realizou, em dezembro de 1991, o I Seminário sobre Políticas Públicas para Esportes, Lazer e Recreação - embora com pouca participação de profissionais das diversas áreas. Este fato é um indicativo da preocupação dessas administrações em traçar diretrizes conceituais claras que possibilitem a formulação de políticas de atuação consistentes.

patrimônio cultural-corporal e esportivo do paulistano (...)" . A Secretaria se coloca ainda como a "responsável por uma política em lazer e esportes que colabore no desenvolvimento de uma cultura corporal e esportiva do cidadão paulistano". Com relação aos objetivos da Secretaria, dos cinco citados todos eles fazem menção às "manifestações culturais de natureza física e esportiva" e ao "espetáculo esportivo".

Outro documento que reforça essa visão é a "Proposta de Plataforma Política para as áreas de Esporte e Recreação para o Estado de São Paulo", elaborado por um grupo de militantes petistas ligados fundamentalmente a área esportiva, como subsídio ao candidato do partido ao governo do estado. Na busca de discussão acerca do papel do Estado nas, como denomina o documento, "ocupações do tempo livre através das atividades físicas e/ou esportivas e/ou recreacionais", chama a atenção para o papel secundário das "políticas de esporte e/ou recreação": estas "surtem bem depois das demais políticas sociais", fato com o qual não concordamos em virtude da interdependência entre as políticas setoriais. Vai além, e coloca que "as manifestações que são objeto desta secretaria - Secretaria de Estado de Esportes e Turismo (SEET) - caracterizam-se por sua ludicidade e/ou pelo corpo em movimento (...)". Sintetiza, de forma bastante fragmentada e com claros equívocos conceituais, o que denomina de "atuação do Estado nas ocupações lúdicas do tempo livre" em "cultura (recreação passiva), esportes (recreação ativa) e turismo (deslocamento por atrativos)".

Na elaboração do projeto "O modo petista de governar", que abriu espaço para uma discussão acerca do "esporte e lazer" (colocados ainda como próximos) se coloca "a necessidade de uma maior clareza conceitual no que se refere às competências em esporte e recreação do poder público". No entanto, no texto final, publicado na forma do livro "O modo Petista de Governar", o equívoco conceitual permanece. Não é feita nenhuma aproximação com a área de cultura e o lazer novamente passa a ser identificado tão somente com os interesses físico-esportivos: "consideramos aqui o lazer como atividades desenvolvidas no tempo disponível do indivíduo (...) Neste tempo disponível, existem atividades que o indivíduo faz por puro deleite, pela satisfação de seus próprios interesses lúdicos (...)". Neste momento, o documento oferece a já conhecida classificação dos conteúdos do lazer realizada por Dumazedier (1976), baseada nos interesses culturais predominantes: físico-esportivos, manuais, associativos, intelectuais, artísticos. Apesar de mostrar a abrangência da problemática, reduz o "objeto de trabalho dos órgãos municipais de esporte e lazer" como sendo "os interesses físicos, caracterizados pela preponderância de movimento corporal ou atividades físicas em sua realização, incluindo-se aí as diversas modalidades esportivas."

Nos documentos internos às duas prefeituras não tem sido diferente: em documento de avaliação de 1991 e planejamento para 1992, o Departamento de Esportes de São Bernardo toma para si a responsabilidade de desempenhar ações com relação ao "Lazer e

Recreação Comunitário" quando estabelece como abrangência de prestação de seus serviços o esporte de competição, o esporte comunitário, as escolas de esporte e o lazer e recreação comunitários. Se fossemos discutir os equívocos conceituais contidos aí, talvez fugíssemos do objeto do presente estudo. Constatamos, no entanto, grave equívoco de atribuir ao departamento de esportes tal incumbência.

Em Santo André, ao menos nesse aspecto, parece não ser diferente. Para suprir a demanda por lazer, foi criado um Serviço de Lazer¹, ligado ao Departamento de Esportes. A análise de um folheto de divulgação sobre um programa de Ruas de lazer pode dar a idéia da equivocada aproximação entre o lazer e o esporte. Montado em forma de história em quadrinhos, o personagem central é "James Bola" o "agente de Lazer". O folheto dá também destaque especial às atividades de movimento corporal.

O Serviço de Lazer como um todo é estruturado, em grande medida, em torno dos interesses físico-esportivos. Nos projetos analisados - Capoeirando, Mambembe, Centro Comunitário, Rua de Lazer e Recriando os Parques - manifestou-se também essa predominância. No projeto relativo à atuação do Serviço de Lazer nos Centros Comunitários, a "cultura corporal" aparece com especial destaque nos "objetivos" e nas "metas" definidas no

1. Constituído, em junho de 1992, por: um coordenador de programa, um chefe de serviço, duas assistentes pedagógicas, 23 agentes de lazer e 45 estagiários de Educação Física (atuando nos diferentes projetos) e um professor de educação física.

projeto: "Promover a difusão cultural entre os membros da comunidade, usuários do centro, no que diz respeito à cultura cotidiana corporal(...); garantir atividades físico-esportivas de forma gratuita para maior parcela da população; difundir a cultura esportiva e a cultura do jogo; promover alfabetização corporal (informações úteis sobre o dia-a-dia do corpo); favorecer a prática do movimento motivado pela música."

Outra constatação é a de que, muitas vezes, o "lazer" tem sido colocado como algo divorciado das chamadas "atividades culturais", normalmente circunscritas às artes e espetáculos, estabelecendo-se uma dicotomia inexistente.

No documento "O modo petista de governar", a "cultura" aparece divorciada do "esporte e lazer". Na abertura do texto, onde se observa claramente o discurso de Chauí, constata-se que "após três anos de governo, o PT não foi capaz de ampliar a conceituação clássica de cultura e ultrapassar os marcos da institucionalidade que o reduz às belas artes"¹. Poderia dizer que em relação ao lazer não foi diferente: não se conseguiu transpor os marcos da institucionalidade que o reduz a divertimento/entretenimento. Criticando a maneira "setorial" ou "específica" de ver a cultura, constata que mesmo assim esse fato "não levou o PT a criar órgãos destinados a ela, assim como não

1. Chauí (1989), tece críticas à consideração da cultura reduzida às belas artes (teatro, cinema, artes plástica, música, literatura, etc).

levou o partido a criar ou fortalecer movimentos culturais que pudessem formar uma tradição de lutas e propor programas de ação ao próprio PT ou aos governos petistas (...)" sendo que "os secretários municipais e coordenadores municipais tiveram que inventar por sua própria conta e risco uma política cultural no âmbito dos municípios". Essa política cultural "inventada" também carrega uma visão reducionista em relação ao lazer. Discorrendo acerca da "cultura petista" sobre a "cultura", normalmente vista como show, balcão e agitação - onde predomina, respectivamente, a idéia do público passivo, do profissional das belas artes bem atendido pelo Estado e da instrumentalização do "cultural" (as artes "agitando politicamente as consciências") à serviço do "não cultural" (a política) - refere-se a aspectos positivos e negativos dessas idéias, reforçando o entendimento do lazer enquanto apenas diversão ou política de eventos: "(...) é positivo garantir o direito dos artistas aos espetáculos e dos trabalhadores ao lazer e à diversão. Mas é negativo querer que a maior parcela dos orçamentos municipais de cultura seja investida em eventos efêmeros e não em programas de longa duração que deixem nas cidades a marca do modo petista de governar".

O "lazer" tem sido entendido também como a administração de grandes equipamentos públicos para lazer (parques, centros culturais, etc.) como se fosse possível reduzir uma política de lazer à construção e manutenção desses equipamentos. Além disso, alguns "programas de lazer" são concebidos e realizados dentro de

uma perspectiva funcionalista , resvalando no assistencialismo.

Em reportagem dedicada ao "Lazer e Cultura" no Município, o jornal oficial² coloca que: "o lazer e a cultura em São Bernardo ganharam impulso com a atual administração, com a mudança na filosofia de gestão dos equipamentos públicos do setor (...)" e cita os três equipamentos administrados pelo "Departamento de equipamentos públicos especiais": a Cidade da Criança, o Parque Ecológico Chico Mendes e o Pavilhão Vera Cruz. Dessa forma, o lazer passa a ser visto como atividade restrita a esses equipamentos, como se não fossem desenvolvidas ações de lazer nos Centros Culturais, Centros Esportivos, Centros de Convivência, etc.

O projeto "Férias São Outros 500", desenvolvido pela prefeitura municipal de São Bernardo em julho de 1992, usou como justificativa, divulgada inclusive na mídia da região um³ argumento que comprova a visão funcionalista do lazer: "levando-se em consideração o grande número de crianças carentes e em estado de abandono e semi-abandono de São Bernardo e os dados fornecidos pela Curadoria Da Infância e Juventude que indica aumento considerável do índice de criminalidade no período de férias, quando as crianças estão ociosas, a Secretaria de

1. Marcellino (1986), em "Lazer e Educação" discute as abordagens funcionalistas do lazer.

2. Jornal "Notícias do Município", nº 592, abril de 1992.

3. Jornal "Diário do Grande ABC", 03 de julho de 1992.

Educação, Cultura, Esportes e Lazer de São Bernardo tomou para si a tarefa de desencadear no município um trabalho sócio-educativo visando atender as crianças durante esse período". Na mídia da região, o discurso sobre as capacidades "anti-criminais" do lazer prosseguiu: "o período de férias é o de maior criminalidade infantil. Por isso, tentamos ocupar o tempo da garotada com entretenimentos saudáveis", declara em um dos jornais da região uma ¹ das coordenadoras do projeto .

Há também uma confusão generalizada acerca do papel dos diversos profissionais que tem atuado no âmbito do lazer - embora muitos profissionais discordem da colocação de que sua ação se dá nesse âmbito - tais como: agentes culturais, agentes de esporte, agentes de lazer, professores de educação física, analistas de cultura e outros. A relação desses com os conselhos de equipamento, alguns em formação, são ainda mais nebulosas. São Bernardo criou uma Coordenadoria de Participação e Integração Popular, em outubro de 1991, com o objetivo de assessorar os conselhos em desenvolvimento e estimular a formação de novos conselhos em todos os equipamentos da Secretaria enquanto Santo ² André optou pela criação de uma Coordenadoria de Centros Comunitários, que tem desempenhado a mesma função.

1. Diário do Grande ABC, 3 de julho de 1992.

2. Jornal "Notícias do Município", nº 594, abril de 1992.

Em São Bernardo do Campo há um projeto de transformação do Pavilhão Vera Cruz em Centro de Convivência Cultural¹. Assinado pela arquiteta Lina Bo Bardi, prevê, entre outras coisas, um teatro para mil pessoas, espaços para exposições - inclusive parte do acervo da exinta Companhia Cinematográfica Vera Cruz - restaurante self-service, choperia, salão de estar com biblioteca, lareira e espelho d'água, cinemateca e video-clube. Apesar do projeto ser defendido como mais um espaço de lazer para o município - sem negar a importância de projetos de espaços desse tipo - em nenhum momento foi discutido, a exemplo dos Centros de Convivência recentemente construídos, que profissionais e qual a sua atuação neste espaço.

Essas questões, em especial o entendimento da ação profissional, tem sido determinantes da não inteiração (integração) das ações dos diversos departamentos que, em maior ou menor grau, tem atuado no âmbito do lazer, impossibilitando a formulação de uma política consistente para o setor nas duas cidades.

1. Jornal "Notícias do Município", no 590, março de 1992.

3.2 - A observação:

olhar de fora, olhar de cidadão

O trabalho de observação foi prejudicado pela ansiedade em apresentar, dentro do limite de tempo desse estudo, um produto. O "olhar" que pretendo debruçar sobre essa análise não é tanto o olhar de trabalhador municipal, mas sim o olhar de cidadão, que também tem direito ao lazer. Busco, fundamentalmente, a ótica do cidadão que usa os serviços oferecidos pelas duas Secretarias.

A estrutura de equipamentos municipais de educação,
cultura, esportes e lazer nos dois municípios é grande ¹ :

São Bernardo:

- * 2 Casas de Arte
- * 6 Bibliotecas
- * 1 Centro de Pesquisa do Folclore
- * 5 Centros Recreativos,
Esportivos e Culturais
- * 3 Centros de Convivência
- * 27 Centros de Iniciação Profissional
- * 16 Creches Municipais
- * 3 Escolas Municipais de Educação Especial
- * 65 Escolas Municipais de Educação Infantil
- * 2 Bandas Municipais
- * 1 Serviço de documentação da História Local
- * 3 Teatros
- * 1 Cine-Teatro

1. Fontes: Sumário de Dados de Santo André (1991) e Guia de cursos, oficinas, encontros, seminários, simpósios de educação, cultura, esportes e lazer para 1992 (São Bernardo do Campo).

Santo André:

- * 35 Escolas Municipais de Educação Infantil
- * Creches (222 vagas)
- * 6 Bibliotecas (10 ramais e 10 caixa-estante)
- * 19 Centro Comunitários
- * 1 Museu de Santo André
- * 1 Serviço de Vídeo
- * 2 Teatros
- * 1 Estádio Municipal
- * 1 Complexo Esportivo
- * 3 Parques
- * 1 Chácara

Dessa forma, o trabalho de observação procurou centrar-se em dois equipamentos públicos, um em cada cidade, onde foi realizada uma inserção do pesquisador de forma mais regular, principalmente nos horários noturnos e finais de semana. No entanto, em função dos limites de tempo para a consecução desse estudo, essa observação limitou-se às visitas esporádicas e algumas entrevistas com pessoas ligadas aos dois equipamentos¹. Com o aprofundamento deste trabalho, esses dados devem receber um tratamento mais detalhado.

Ambos os equipamentos se encaixam na classificação de Camargo (1979) como "equipamentos médios de polivalência dirigida": caracterizam-se pelo atendimento integrado, dentro de interesses diversificados, com instalações que permitem o múltiplo uso de acordo com os diferentes interesses culturais no lazer (físico-esportivos, manuais, sociais, intelectuais e

1. Foram realizadas entrevistas com moradores locais, usuários, integrantes de conselhos de gestão, profissionais que trabalham nos equipamentos e profissionais de direção e coordenação.

artísticos). Esse foi um dos critérios para a seleção dos equipamentos.

Outro critério para a seleção do local a ser observado foi o critério afetivo - a possibilidade do pesquisador estabelecer um vínculo com a comunidade de tal forma que favorecesse o aprofundamento da pesquisa.

Em São Bernardo, foi escolhido um Centro de Convivência e em Santo André, um Centro Comunitário. O Centro de Convivência "Marcelo Roberto Dias" situa-se no Bairro Batistini, em São Bernardo, onde passei boa parte da minha adolescência. Daí o meu vínculo afetivo com o local. De certa forma, a dinâmica comunitária de lazer aí nesse "pedaço" da cidade foi por mim vivenciada enquanto praticava futebol de várzea no time do bairro. Recém-construído, entregue à população em fevereiro de 1992, o Centro de Convivência seria uma ótima oportunidade para verificar até que ponto esse equipamento teria um impacto sobre a dinâmica de lazer do "pedaço".

Uma análise inicial dos dados observados aponta que a construção do equipamento - cujo mérito está na proposta de atendimento integrado - se deu sem uma discussão acerca dos recursos humanos que deveriam atuar aí, fazendo o sua "animação" ou o seu funcionamento. Isto resultou em diversos conflitos quanto a forma de utilização e gestão entre profissionais de Departamentos diferentes (que agora atuam no mesmo espaço) e entre a própria comunidade na apropriação e uso do equipamento.

Não houve, além disso, a preocupação da Secretaria em preparar profissionais (agentes de lazer, esporte ou cultura - semântica à parte, a atuação deve ser equivalente em meios e fins) que possam atender aos diversos interesses culturais no lazer e desenvolvam um trabalho exclusivamente com esta comunidade e a partir dela. Isso ocorre, dentre outros fatores, devido a uma espécie de "mito" segundo o qual a comunidade goza de possibilidade espontânea de auto-organização, como se nela mesma não houvessem grupos que tendem a privatizar o espaço. Como consequência, tem se observado uma utilização do equipamento de forma bastante reducionista, tanto com relação aos conteúdos desenvolvidos, quanto à amplitude do atendimento. As atividades têm se centrado sobretudo nos interesses físico-esportivos¹, havendo uma apropriação "espontaneísta" do espaço. Não há uma programação pré-elaborada que inclua a diversidade dos interesses culturais no lazer.

O discurso institucional da integração das ações dos diversos departamentos encontra sérios entraves. Um deles decorre da ligação do profissional com as estruturas da Secretaria e o baixo envolvimento com a dinâmica do "pedaço". A simples "descentralização" das ações desses profissionais, fixando-os para o trabalho com e a partir das comunidades junto ao equipamento, talvez superasse essa barreira.

1. Desde a inauguração, foram realizados campeonatos de futebol de salão pela própria comunidade. O Departamento de Esportes marcou jogos de volei para o ginásio, com equipes estranhas ao "pedaço". Houveram palestras, apresentações teatrais e iniciou-se alguns cursos regulares (teatro, ginástica, escola de esportes).

Em Santo André, o Centro Comunitário "Salvador dos Santos", situado na Vila Humaitá, é um equipamento que foi adaptado para o atendimento integrado, não sendo um equipamento recém-construído. Através da inserção de um "agente de lazer" trabalhando em período integral neste equipamento, buscou-se privilegiar o seu funcionamento ou sua "animação" enquanto espaço de lazer. Houve uma preocupação em proporcionar a esse profissional um aperfeiçoamento constante, através de inúmeras atividades ¹. O profissional passou a ter a função de democratizar o seu uso, visto que eram espaços "privatizados" - dominados por pequenos grupos. Ainda assim, há dificuldades de entendimento da relação conselho de gestão-comunidade-profissionais.

Através do trabalho desse profissional (agente de lazer), houve um maior e melhor atendimento com relação as demandas por lazer através da facilitação e diversificação das atividades realizadas. No entanto, o agente de lazer ainda tem centrado suas atividades nos interesses físico-esportivos. Não há clareza quanto à atuação dos diversos profissionais - sobretudo educadores, agentes culturais e agentes de lazer - e de sua

1. Atividades de aperfeiçoamento profissional realizadas: "Animação Cultural em Centros Públicos de Lazer: Planejamento e Gestão" (20 horas), "Pedagogia da Animação" (20 horas), "Lazer e Cidadania" (15 horas), "Brinquedos e Brincadeiras" (15 horas), "Jogos e Gincanas Aquáticas" (16 horas), "Acrobacias e jogos dramáticos circenses" (12 horas), "Planejamento" (3 horas), "Curso básico de atividades recreativas" (12 horas), "Vivência Corporal" (4 horas), "Recreação na Terceira Idade" (4 horas). Além destes treinamentos, acontece a capacitação permanente que se dá quinzenalmente através de reuniões com a coordenação, oficinas de bonecos, cartazes, origames - orientada pela responsável por Artes Plásticas ligadas ao Serviço de Lazer.

interação. Isso também tem resultado numa ação reducionista com relação aos diversos interesses culturais no lazer e as chamadas "atividades culturais" - normalmente reduzidas às belas artes - tem ocorrido numa perspectiva eventual. A interação dos profissionais encontra barreiras de ordem conceitual, em função do não entendimento de que, em maior ou menor grau, todos atuam no âmbito do lazer.

Com relação ao vínculo de identidade estabelecido pelo cidadão usuário dos serviços com o equipamento e, conseqüentemente, com seu bairro (seu "pedaço"), ainda é cedo para fazer uma análise mais detalhada. No entanto, nas duas cidades, nas conversas informais, os usuários não escondem uma ponta de orgulho com relação ao equipamento e suas atividades, embora alguns façam reclamações com relação ao funcionamento, em especial à segurança e conservação.

Considerações finais de algo preliminar

E difícil tecer considerações finais sobre algo que, ao chegar neste estágio, imagina-se estar apenas no início. Essa é a sensação que tenho.

O delineamento central do projeto que resultou neste estudo mostrava duas questões centrais: a primeira, de ordem mais geral, sobre a relação entre o Estado e o lazer, buscando discutir qual o seu papel na elaboração de políticas públicas nesse setor. A revisão bibliográfica - que também necessita aprofundamentos - revelou que o problema conceitual com relação ao lazer é ponto central e determinante da relação estabelecida com o Estado. A segunda, de ordem mais específica, buscava investigar se há diferenças entre uma política setorial que assegura um mínimo de discussão acerca da ação profissional, preparando recursos humanos, e uma política que não se incomoda com essa questão. Pudemos observar que é imprescindível a constante reflexão sobre a ação e o aperfeiçoamento profissional - o que resulta numa ação mais eficaz e conseqüente. No entanto, as barreiras conceituais explicitadas na primeira questão também interferem nos rumos da ação profissional. Essas barreiras conceituais podem ser superadas através da ação integrada entre os diversos profissionais, desde que mais vinculados às comunidades e menos às estruturas departamentais.

Dessa forma, há a necessidade de prosseguimento deste estudo basicamente em duas frentes: a primeira, através de uma análise mais aprofundada acerca da estrutura de funcionamento, notadamente com relação a recursos humanos, dos equipamentos públicos que tenham a proposta de atendimento integrado e sua relação com as formas de participação popular na sua gestão. A segunda, através de um aprofundamento teórico acerca do papel do Estado não apenas em relação à política de lazer, como também na formulação de políticas de atendimento integrado em áreas afins (educação, cultura, esportes e lazer).

Bibliografia

- ALBANO, M.C. E LEMOS, C.B. - "Reflexões sobre o consumo como forma de sociabilidade e lazer nos centros urbanos contemporâneos" (mimeo) s/d.
- ALVES, R. - "A caça que vive na travessia", Sabor/Saber, Unicamp, (1):16.
- AMANN, S.B. - Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil, Cortez, São Paulo, 1980.
- ARON, RAYMOND - As etapas do pensamento sociológico, Martins Fontes/Editora Univ. Brasília, São Paulo, 1987.
- BENDIX, Reinhard - "A ampliação da cidadania", in: CARDOSO, F.H. e MARTINS, C.E. - Política e Sociedade, São Paulo, Ed. Nacional, 1979. (p. 389-402).
- BERGER, P.L. e BERGER, B. - "O que é uma instituição social", in: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. Sociologia e Sociedade, Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1980. (p.193-215).
- BITTAR, Jorge (org.) - O modo petista de governar, Teoria e Debate, São Paulo, 1992.
- BOBBIO, N. - O conceito de sociedade civil, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- _____ - "Política", in: BOBBIO, N. et all - Dicionário de política, Brasília, Ed. UNB, 1986 (p.954-962).
- BORDENAVE, J.E.D. - O que é participação, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, P. "Como é possível ser esportivo", in: Questões de sociologia, Marco Zero, Rio de Janeiro, 1983.
- BRANDAD, C.R. - A cultura na rua, Campinas, Papyrus, 1989.
- _____. - Repensando a pesquisa participante, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. - Pesquisa participante, São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BRASIL, República Federativa do - Constituição da República, in: FOLHA de São Paulo, suplemento, 05/10/1988.

- BRUHNS, H.T. - "O jogo e o esporte", R.Festur, Curitiba, v.3, nº1, p. 9-11, 1991.
- _____. - "A proposta "carente" de lazer X espaço de lazer dos "carentes"", Rev. Bras. Ciências do Esporte 11 (3) p. 210-214, 1990.
- _____. - A dinâmica lúdica, FE - UNICAMP, Campinas, 1989. (dissertação de mestrado).
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. - Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L.O.L. O que é lazer, Brasiliense, São Paulo, 1986.
- _____. "Política de lazer", Estudos do lazer, nº 1, 1985.
- _____. "Recreação Pública", Cadernos de lazer, nº 4, 29-36, São Paulo, SESC/Brasiliense, 1979.
- CARDOSO, F.H. - "O desafio da participação", in: Democracia necessária, Campinas, Papirus, 1985.
- _____. - "Inesperado processo de formação política", In: Brasileiro: cidadão?, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1992.
- CARVALHO, J.M. - "Interesses contra a cidadania", in: Brasileiro: cidadão?, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1992.
- CARVALHO, Maria Cecília de. - Construindo o saber: técnicas de metodologia científica. Papirus, Campinas, 1989.
- CAVALCANTI, K.B. - "Esporte para todos: um discurso ideológico". Boletim de intercâmbio. Rio de Janeiro, SESC, 4 (13): 12-19, jan/mar, 1983.
- CHAUÍ, Marilena - "Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão". Folha de São Paulo, (Letras), 16/06/1990.
- _____. - "Cultuar ou cultivar", Teoria e debate, nº 8, outubro/novembro/dezembro, 1989.
- _____. - Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1986.
- CLASTRES, Pierre - A sociedade contra o Estado, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

- COELHO, T. - O que é indústria cultural, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____ - "Caminhos para a ação cultural" (mimeo). Extraído de Política de ação cultural. Paz e Terra, Rio de Janeiro (s/d).
- CONSTANTINO, J.M. - "O desporto como método uso cultural do tempo livre: o papel dos municípios", 2o Congresso de Educação Física dos países de Língua Portuguesa, Porto, 1991.
- COVRE, M.L.M. (org.) - A cidadania que não temos, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CRISTAN, M.L. - "Políticas públicas para os esportes no Brasil", Rev. Bras. Ciências do Esporte, 11 (3), p. 186/189, 1990.
- CUNHA, N. - A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- DALLARI, D.A. - O que é participação política, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DA MATTA, Roberto - A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1985: "A questão da cidadania num universo relacional" (p. 57-114).
- _____ - "Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social". In: Explorações, Rio de Janeiro, Rocco, 1988.
- _____ - "Um indivíduo sem rosto", in: Brasileiro: cidadão?, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1992.
- DEMO, Pedro - "Participação é conquista", in: Política x técnica no planejamento: perspectivas críticas, Brasília, IPEA, 1981 (p.153 a 162).
- DRAIBE, Sonia. - O welfare state no Brasil: características e perspectivas. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1988.
- DUMAZEDIER, J. - Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo, SESC, 1980.
- _____. - Lazer e cultura popular, Perspectiva, São Paulo, 1974.
- _____. - Sociologia empírica do lazer, Perspectiva, São Paulo, 1979.

- _____. - "Democratização do esporte?" Cadernos de lazer, 4: 5-16, São Paulo, SESC, 1977.
- _____. - "A revolução cultural do lazer nos centros urbanos". Cadernos de lazer, 1: 43-52. São Paulo, SESC/Brasiliense, 1977.
- DURHAM, E.R. - "Movimentos sociais: a construção da cidadania", Novos Estudos, CEBRAP, nº10, outubro-84, p.24-30.
- _____. - "Cultura e ideologia", Dados, 27 (1), Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1984.
- DURKHEIM, Emile - A Divisão do Trabalho Social, Trad. de Maria Inês Mansinho e Eduardo Freitas, Ed. Presença/Liv. Martins Fontes, São Paulo, 1977.
- ECO, Umberto - "A falação esportiva", in: Viagem na irrealidade cotidiana, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.
- _____. - Como se faz uma tese, São Paulo, Editora Perspectiva, 1983.
- FALEIROS, V.P. - O que é política social, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FALEIROS, M.I.L. - "Repensando o lazer", Perspectivas, São Paulo, 3: 51-65, 1980.
- FIGUEIREDO, W.M. - Cidadão, Estado e políticas no Brasil contemporâneo, Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1986.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina - "Lazer e consumo cultural das elites". Rev. Bras. Ciências Sociais, 6(3), Fev. 1988, São Paulo. Vértice/Anpocs.
- FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, 1987.
- GOODE, W. e HATT, P.K. - Métodos em pesquisa social. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.
- GRAMSCI, A. - Concepção dialética da história, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1981.
- _____. - Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
- _____. - Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978.

- GOHN, Maria da Glória Marcondes - "A pesquisa das ciên -
cias sociais - considerações metodológicas". Cadernos
Cedes, São Paulo, Cortez Editora, (p.3-14).
- GRUPPI, Luciano - O conceito de hegemonia em Gramsci, Rio
de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- HELAL, Ronaldo - O que é sociologia do esporte,
Brasiliense, São Paulo, 1970.
- HUIZINGA, Johan - Homo ludens: o jogo como elemento da
cultura, Rio de Janeiro, Perspectiva, 1980.
- KELLY, John - "Political dimension of leisure", World
Leisure Recreation, 30 (2): 7-10, 1988.
- KONDER, Leandro - "Gramsci conjugava radicalismo e renova -
ção", Letras, Folha de São Paulo, 06/04/1991.
- LAFARGUE, P. - O direito à preguiça. Kairós, São Paulo,
1983.
- LASKI, H.J. - "Natureza do Estado, in: Introdução à polí
tica, Rio de Janeiro, Zahar, 1964 (p. 9-26).
- LEFEBVRE, H - O direito à cidade, Editora Documentos,
São Paulo, 1969.
- LOPES, M.I.S. - "E pirueta prá cavar o ganha-pão", Refle
xão, Puccamp, XI (35), maio/agosto, 1986.
- MAAR, W.L. - O que é política, São Paulo, Brasiliense,
1982.
- MACEDO, C.C. e FIGUEIREDO, L.C.M. - "Domingo na praia: a
dimensão simbólica do lazer popular", Reflexão,
Puccamp, Campinas, (35): 62-73, maio/agosto, 1986.
- MAGNANE, G. - Sociologia do esporte, São Paulo, Perspec-
tiva, 1969.
- MAGNANI, J.G.C. - "Ideologia e cultura popular - notas
para discussão", III Enc. Nac. ANPOCS, Belo Horizonte,
Outubro, 1979 (mimeo).
- _____ . - Festa no pedaço: cultura popular e
lazer na cidade. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- MARCELLINO, N.C. - "Gramsci e a revolução cultural",
Reflexão, 27: 33-46, 1982.
- _____ . - Lazer e humanização. Campinas, Papi-
rus, 1983.

- _____. - Lazer e educação, Campinas, Papyrus, 1987.
- _____. - Pedagogia da animação, Campinas, Papyrus, 1990.
- _____. - "Subsídios para uma política de lazer - o papel da administração municipal", Rev. Bras. Ciências do Esporte, 11 (3), p. 206-209, 1990.
- _____. - "O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar", (mimeo), Campinas, 1992.
- _____. - "Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia", (mimeo), Campinas, 1992.
- MARSHAL, T.H. - Cidadania, classe social e status, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- MARTIN, Paulo Ricardo - "O lazer e o município", Estudos do lazer, no 1, São Paulo, SESC, outubro, 1985.
- MARX, Karl - Contribuição à crítica da economia política, Trad. Maria Helena B. Alves, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MELLO, Thiago de - Estatutos do Homem, São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- MENESES, Adélia B. - "Linha de Montagem", Ling. e Lit., São Paulo, Ano IX, v.9, p.9-19, 1980.
- MEYER, M. e MONTES, M.L. - Redescobrimo o Brasil: a festa na política, T.A. Queiroz, São Paulo, 1985.
- MOCHCOVITCH, L.G. - Gramsci e a escola, Atica, São Paulo, 1990.
- MONTES, Maria Lúcia - Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1983.
- NUNES, Clarice - "Em busca de Gramsci", Educação e Realidade, Porto Alegre, 15 (1): 38-51, jan/jun, 1990.
- OFFE, Claus - "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?" Rev. Bras. de Ciências Sociais, no10, v.4, jun 1989.
- OLIVEIRA, P.S. - "Qual o sentido da criatividade no lazer", Leituras Celar, São Paulo/SESC, (11): 1-3, jun/1981.
- _____. - "Tempo livre, trabalho e lutas sociais", Reflexão, Puccamp, Campinas, XI (35), maio/agosto, 1986.

- PARKER, S. - A sociologia do lazer, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PASCHOA JUNIOR, P.D. - "O circo-teatro popular", Cadernos de lazer, v.3, 1978.
- PATLAJAN, T. - "Urbanização e lazer", Cadernos de lazer, vol 3, 1978.
- REQUIXA, R. - "Espaços urbanizados", Cadernos de lazer, vol 1, 1977.
- _____. - "O lazer na grande cidade e os espaços urbanos", Cadernos de lazer, no 1, 17-36. São Paulo, SESC/Brasiliense, 1977.
- _____. - "O lazer e a civilização urbana", Cadernos de lazer, SESC/Brasiliense São Paulo, 1976.
- _____. - Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo, SESC, 1980.
- _____. - "As dimensões do lazer", Rev. Bras. Ed. Fis. Desp., 12 (45), 1980.
- RIBEIRO, J.U. - Política: quem manda, porque manda, como manda, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- SANTO ANDRE - Lei orgânica do município, 1989.
- SANTOS, Carlos Nelson et. alii - Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro bairro. Convênio IBAM/FINEP, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1981.
- SANTOS, Milton - O espaço do cidadão, São Paulo, Nobel, (data?)
- SANTOS, W.G. - Cidadania e Justiça, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- SÃO BERNARDO - Lei orgânica do município, 1989.
- SÃO PAULO, Estado de - Constituição de 1989.
- SEVERINO, A.J. - Metodologia do trabalho científico, São Paulo, Cortez/A. Associados, 1980.
- SODRE, Olga - "Lazer e cultura no processo democrático", Boletim de intercâmbio, 4 (13): 20-30, jan/mar/1983.
- SPOSITO, M.P. - "Educação, gestão democrática e participação popular", Educação e Realidade, Porto Alegre, 15 (1): 52-56, jan/jun, 1990.

- THIOLLENT, Michel - "Notas para o debate sobre pesquisa ação", in: BRANDAO, C.R. (org). - Repensando a pesquisa participante, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- VALLE, L.A.B. - "O lazer como resistência", Forum educacional, Rio de Janeiro, 12 (4): 44-50, Out/dez, 1988.
- VEBLEN, Thorstein - A teoria da classe ociosa, São Paulo, Pioneira, 1965.
- WEFFORT, F.C. - "A cidadania dos trabalhadores", in: LAMOUNIER, B; WEFFORT, F; BENEVIDES, M.V. - Direito, cidadania e participação, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981. (p.139-154).
- _____ - "Brasil: condenado à modernização", in: Brasileiro: cidadão?, Cultura Editores Associados, 1992.
- WELCH, D. - "Politics and leisure in Britain", World Leisure Recreation, 30 (12): 26-28, 1988.
- ZALUAR, Alba - "O esporte na educação e na política pública", Educação e Sociedade, no 36, abril, 1991.

DOCUMENTOS DIVERSOS:

- Projeto: O Modo Petista de Governar - Esporte e Lazer Agosto, 1991
- Projeto FERIA SP (janeiro/fevereiro, 1992) Prefeitura do Município de São Paulo
- Seminário de Administração Municipal do P.T. (Educação) Prefeitura Municipal de Diadema, 1987.
- Manifesto: por um esporte popular e democrático (1989) Frente Brasil Popular
- Proposta de plataforma política para as áreas de esportes e recreação para o Estado de São Paulo (1990).
- Indicadores para uma proposta de lazer no Estado de São Paulo - Subsídio do Seminário Estadual de Alternativas Políticas do P.T. (1986).
- Elementos para a organização de uma política em esportes e lazer para a Prefeitura do Município de São Paulo Dezembro, 1988.
- Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME). Plano de Metas, 1989.

- Diagnóstico da estrutura e funcionamento da SEME: relatório dos cem primeiros dias (01 de janeiro a 10 de abril de 1989).
- Política de Educação Física e Desportos - Prefeitura Municipal de São Paulo.
- Programa Esporte e Cidadania: uma proposta para os CIACS Subsídios para discussão - Presidência da República - Secretaria dos Desportos (julho, 1991).
- A Educação Física e o Esporte numa proposta petista: contribuições para uma reflexão (Esther Pillar Grossi) Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- O Modo Petista de Governar - Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do Partido dos Trabalhadores. Novembro, 1991.

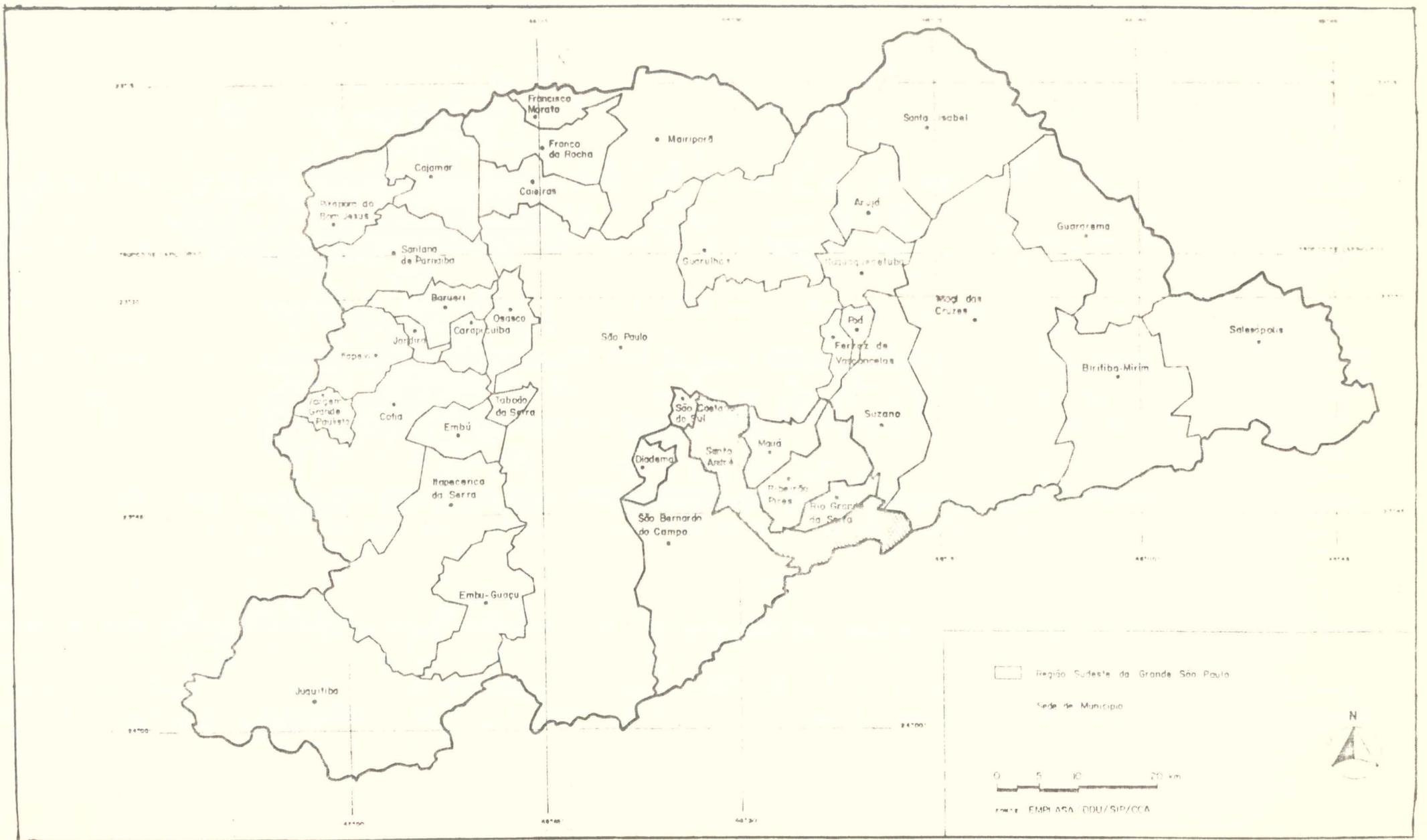
DOCUMENTOS: SANTO ANDRÉ

- Equipamentos Potenciais de Lazer mantidos pela Prefeitura Municipal de Santo André (1989).
- Cursos de Aperfeiçoamento Profissional - Serviço de Lazer (1991/1992).
- Sumário de Dados de Santo André (1991).
- Relatório de Atividades: Centro Comunitário Cata Preta e Salvador dos Santos (1991/1992).
- Projeto Capoeirando (1991).
- Lei Municipal 6529, 20/07/89: dispõe sobre as ruas de lazer no município.
- Projetos do Serviço de Lazer: Recriando os Parques, Mambembe, Centro Comunitário, Ruas de Lazer.

DOCUMENTOS: SÃO BERNARDO

- Encontro Municipal de Integração Educativa "A Gestão Democrática dos Equipamentos Públicos" Julho, 1992.
- Projeto "Brincando na Rua" (1991).

- Guia de cursos, oficinas, encontros, seminários, simpósios de educação, cultura, esportes e lazer para 1992.
- Organograma Geral da Prefeitura com a Reforma Administrativa (1992).
- Lazer: elementos para discussão na formulação de ações para 1992.
- Projeto Integrado: Arte, Educação e Esportes.
- Projeto de Lazer Comunitário (1991) Departamento de Esportes.
- Resumo de Atividades de 1991 - Departamento de Esportes.
- Relatório da reunião de avaliação/91 e planejamento/92 Departamento de Esportes.
- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Diretrizes de Trabalho, 1989.
- Propostas para a consolidação da política da SECE (1991).
- Compêndio Estatístico (1992).
- São Bernardo, seus bairros, sua gente (Ademir Médici, 1981).
- Jornal "Notícias do Município" - Informativo da Prefeitura Municipal - Nº 582, 585, 590, 592, 594, 608. Fevereiro a Julho de 1992.



MAPA 1 - GRANDE SÃO PAULO - DIVISÃO DE MUNICÍPIOS



MAPA 2 - MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ - DIVISÃO DE DISTRITOS

